

# CADERNOS AFRO MEMÓRIA

volume 4 \* número 2

ISSN: 2965-2693

## Azoilda Trindade e a Educação Antirracista

AFRO

Núcleo de Pesquisa  
e Formação em Raça,  
Gênero e Justiça Racial



## CADERNOS AFRO MEMÓRIA

### Editores

**Paulo Cesar Ramos**

[Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Pesquisador de Pós-doutorado da Unicamp. Pesquisador do Núcleo Afro-CEBRAP]

**Guilherme Lassabia de Godoy**

[Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisador no Afro-CEBRAP]

**Maria Júlia Venâncio Ananias**

[Mestranda em Sociologia na Universidade de São Paulo e pesquisadora no Afro-CEBRAP]

### Curadoria e Pesquisa

**Guilherme Lassabia de Godoy**

**Maria Júlia Venâncio Ananias**

### Projeto gráfico

**Luiza De Carli** [Bacharel em Design pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e assistente de pesquisa no Afro-CEBRAP]

## NÚCLEO AFRO CEBRAP

### Coordenação Institucional

**Márcia Lima** [Professora do Departamento de Sociologia da USP]

**Huri Paz** [Mestrando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)]

### Coordenação de Comunicação

**Agnes Sofia** [Jornalista e doutoranda em linguística aplicada pela Unicamp]

### Equipe Afro Memória

**Mário Medeiros** [Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth e professor do departamento de Sociologia da UNICAMP]

**Aldair Rodrigues** [Ex-diretor (2020-22) e diretor adjunto (2017-20) do Arquivo Edgard Leuenroth e professor do departamento de História da UNICAMP]

**Paulo César Ramos**

**Daniela Vieira** [Coordenadora da linha de pesquisa Hip-Hop em Trânsito (Cemi/Unicamp)]

**Guilherme Lassabia de Godoy**

**Maria Júlia Venâncio Ananias**

### Contato

[afro@cebrap.org](mailto:afro@cebrap.org)

[afromemoria@cebrap.org.br](mailto:afromemoria@cebrap.org.br)

## CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

R. Morgado de Mateus, 615  
Vila Mariana, São Paulo – SP  
CEP 04015-051



Parceria



Apoio



**Ford Foundation**

**IBIRAPITANGA**



Créditos da edição:  
Fundo Reginaldo Bispo  
e Margarida Barbosa,  
AEL-Unicamp / Afro-Cebrap.



Esta obra está licenciada com uma Licença *Creative Commons*  
Atribuição - Compartilhual 4.0 Internacional.

# SUMÁRIO

**RECADO AO LEITOR** \* Para melhor visualização deste material no formato digital, habilite a visualização das páginas duplas. Para fazer isso no *Adobe Acrobat*, basta clicar em *Visualizar / Exibição da Página* e depois marcar as opções *Exibição em duas páginas* e *Mostrar página de rosto em exibição em duas páginas*.

- |    |                                                                                                                                          |    |                                                                                                                                                                                                                             |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5  | <b>Azoilda Loretto da Trindade e a memória do movimento negro pela educação</b><br>* Mário Medeiros e Paulo César Ramos                  | 36 | <b>Imagens de insurgência: a representação de mulheres negras na educação midiática de Azoilda e nas produções de <i>A Cor da Cultura</i></b><br>* Agnes Sofia Guimarães                                                    |
| 8  | <b>O Baobá Azoilda Loretto da Trindade</b><br>* Gisele Rose                                                                              | 40 | <b>“Não se trata de manter privilégio, se trata da gente juntos construir o que é comum. Isso é educação das relações étnico-raciais”. Entrevista com Petronilha Gonçalves da Silva.</b><br>* Daniela Vieira e Maria Corrêa |
| 17 | <b>Afetividade e os Valores Civilizatórios Afro-brasileiros no projeto <i>A Cor da Cultura</i></b><br>* Ana Paula Brandão e Maria Corrêa | 46 | <b>Legado Azoilda Loretto da Trindade: Carta-testemunho de uma trajetória</b><br>* Janete Santos Ribeiro                                                                                                                    |
| 21 | <b>Azoilda Trindade em nós: Práticas e afetos na luta pela implementação da Lei 10.639/03</b><br>* Aderivaldo Ramos de Santana           |    |                                                                                                                                                                                                                             |
| 27 | <b>Quais aspirações possíveis para pensar formação docente em Educação para as relações étnico-raciais</b><br>* Luciana Ribeiro          |    |                                                                                                                                                                                                                             |

Retrato de Azoilda Trindade.



# AZOILDA LORETTO DA TRINDADE E A MEMÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO PELA EDUCAÇÃO

*Mário Medeiros*

Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth e professor  
do departamento de Sociologia da UNICAMP

*Paulo César Ramos*

Doutor em Sociologia pela USP e  
Coordenador do Projeto Afro Memória

Foi em maio de 2022 que a educadora Janete Ribeiro entrou em contato com a então direção acadêmica do Arquivo Edgard Leuenroth, composta pelos professores Aldair Rodrigues e Mário Medeiros. O contato tinha sido mediado pela antropóloga Janaína Damaceno Gomes (docente na UERJ) e a ideia era pensar em formas de preservação do acervo documental da intelectual e feminista negra Azoilda Loretto da Trindade (1957-2015), no âmbito do projeto Afro Memória.

Entre as amigas de Trindade, Janete foi a responsável por guardar sua memória, composta por documentos pessoais, de seu ativismo pela educação de jovens negros e cursinhos populares, pela implementação da Lei 10639/2003. São textos, livros, cartilhas, documentos de discussão que dão conta de uma militância dedicada a pensar a educação antirracista no Rio de Janeiro e no Brasil, compondo um quadro muito importante dos sentidos da luta por direitos sociais da população negra. Além disso, tendo em vista a várias

facetas da vida de Trindade, também recebemos suas vestimentas rituais, utilizadas em sua vivência em religiões afro-brasileiras.

A chegada de seu acervo ao Projeto Afro Memória também contou com o apoio de outras duas amigas de Trindade, em posição de apoiar com recursos para transporte e insumos a sua preservação. São elas Ana Paula Brandão e Sandra Vale, que atuando na organização de fomento a projetos de justiça e equidade racial, desde a Action Aid Brasil, foram decisivas para que o acervo de Azoilda Trindade chegasse às dependências do AEL e passasse pelos processos de preservação arquivística após ter sido salvaguardado por Janete em sua residência

Entre maio de 2022 e agosto de 2022 foram dadas as tratativas necessárias para a recepção do acervo e seu transporte do Rio de Janeiro para Campinas. Chegaram ao AEL 35 caixas, uma mala e quadros que estavam sob guarda de Janete Ribeiro desde 2017. O acervo é constituído por

documentos textuais, livros didáticos e periódicos, destacando-se as produções de “A Cor da Cultura”, em que se encontram materiais audiovisuais, ações culturais e educativas visando práticas positivas e de reconhecimento e preservação das culturas afro-brasileiras, com a temporalidade de 1982-2015. Após ser tratado pela Equipe do AEL o acervo é composto por 126 caixas-arquivo de documentação textual, livros e periódicos, cartazes, quadros, fotografias, 9 caixas-arquivo de materiais audiovisuais, CD’s, DVD’s e objetos tridimensionais, além da indumentária religiosa de Trindade.

No âmbito do Projeto Afro Memória, o acervo de Azoilda Trindade é singular pelo que adiciona sobre o que podemos conhecer das lutas sociais dos movimentos negros pela educação. Esta edição do Caderno Afro Memória tenta dar conta do que representa a trajetória de Trindade e seu acervo. Fizemos questão de chamar pessoas que a conheciam de perto e de longe, possibilitando um olhar profundo sobre sua trajetória.

Os textos aqui reunidos abordam sua atuação como formadora, pesquisadora e referência na implementação da Lei 10.639/03, além de refletirem sobre o acervo que leva seu nome e que hoje constitui um patrimônio político-pedagógico antirracista essencial para as lutas negras por memória, justiça e inclusão e transformação social.

Abrimos este Caderno com o artigo “O Baobá Azoilda Loretto da Trindade”, de Gisele Rose. A autora rememora a trajetória de Azoilda como professora, gestora pública e pesquisadora, destacando sua defesa pioneira de uma pedagogia do afeto como estratégia para romper com práticas excludentes em cotidiano escolar. A autora valoriza a forma visceral com que Azoilda integrou escola básica, universidade e movimentos

sociais, e afirma que sua pedagogia foi construída na escuta, no “olho no olho” e na valorização da diversidade.

A seguir, Ana Paula Brandão e Maria Corrêa, em “Afetividade e os valores civilizatórios afro-brasileiros no projeto A Cor da Cultura”, abordam a construção e implementação do projeto que marcou profundamente da trajetória de Azoilda. Através de formações docentes, materiais didáticos e metodologias baseadas nos valores civilizatórios afro-brasileiros, *A Cor da Cultura* consolidou-se como uma das principais ações para viabilizar a Lei 10.639/03 nas redes públicas. O texto também recupera a atuação sensível e estratégica de Azoilda

como coordenadora pedagógica do projeto.

No texto de Aderivaldo Ramos, “Azoilda Trindade em nós: práticas e afetos na luta pela implementação da Lei 10.639/03”, são narradas experiências de formação vividas sob a liderança de Azoilda, que transformaram o enfrentamento ao racismo escolar em prática cotidiana, coletiva e inventiva. O autor relembra as oficinas e a radicalidade da proposta metodológica do projeto,

centrada nos valores do axé, da oralidade, da circularidade e da cooperatividade. Azoilda é apresentada como articuladora entre o saber acadêmico, o chão da escola e os territórios de luta do povo negro.

Em “Quais aspirações possíveis para pensar formação docente em Educação para as Relações Étnico-Raciais”, Luciana Ribeiro articula o pensamento de Azoilda com a crítica à colonialidade presente no sistema educacional brasileiro. A autora defende que a formação docente antirracista deve partir da escuta e do reconhecimento da humanidade de um modo ampliado e enriquecido. Valoriza pedagogias como a afrocentrada,

O acervo de Azoilda Trindade é singular pelo que adiciona sobre o que podemos conhecer das lutas sociais dos movimentos negros pela educação.

do afeto e da decolonilidade, apontando caminhos para a construção de um projeto educacional comprometido com a equidade racial e com a valorização da vida.

Agnes Guimarães, em “Imagens de insurgência: a representação de mulheres negras na educação midiática de Azoilda e nas produções de A Cor da Cultura”, revisita sua formação como jornalista negra marcada pelo contato com o acervo pedagógico do projeto. A partir de memórias e experiências vividas, propõe uma leitura da proposta de Azoilda como insurgência imagética, capaz de reposicionar a mulher negra no centro da produção de conhecimento e da representação positiva no ambiente escolar e midiático.

A entrevista concedida por Petronilha Gonçalves e Silva a Daniela Vieira e Maria Corrêa ilumina aspectos pouco conhecidos da trajetória da professora e relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EREB. Petronilha compartilha memórias sobre a construção da lei, o diálogo com Azoilda e a importância de compreender a educação para as relações étnico-raciais como um projeto de nação. A entrevista reafirma que se trata de uma política de justiça histórica, que demanda escuta, vínculos e responsabilidade coletiva com a transformação social.

Fechando o dossiê, Janete Santos Ribeiro assina “Legado Azoilda Loretto da Trindade: carta-testemunho de uma trajetória”, relato íntimo e político sobre a salvaguarda do acervo pessoal de Azoilda, hoje preservado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp). A partir de sua amizade com Azoilda, Janete narra o surgimento das Giras da Zó e a mobilização de uma ampla rede de mulheres negras para preservar e difundir o pensamento, os livros, os documentos e os afetos que compõem esse legado vivo. A carta é um gesto de continuidade e memória radical.

Cada contribuição deste número reafirma que o acervo e o legado de Azoilda Loretto da Trindade é uma fonte de saberes, afetos e luta, que segue inspirando práticas educativas comprometidas com a dignidade, a valorização das diferenças, o antirracismo e a justiça social.

# OS DA ESCOLA

Década de 1980, turma de 7º série, escola municipal da Zona Sul do Rio de Janeiro e a professora querendo saber, no primeiro dia de aula, quem era cada aluno ali sentado.

Perguntou nome, idade, onde cada um havia nascido. Cada aluno respondeu e, de repente, há um que se precipita, sem deixar o colega falar e lá se foi que dá o título a este texto. E aí?

## "Professora, ele não é brasileiro, é paraíba..."

Professora para e continua o parabéns, já envergando a falar. Ele vem de Campina Grande, ela destaca a importância da cidade. Falam sobre o rico folclore e os olhos do menino começam a brilhar. Outros se animam a contar as origens nortistas de suas famílias.

Essa pequena ilha ilustra a importância que se deve dar e o respeito que se deve ter em relação à história de cada um de nós.

A identidade é um dos núcleos conceituais da MultiEducação. Além da identidade individual e grupal, nosso Núcleo Curricular Básico propõe a discussão da identidade do sujeito na sua cultura, tendo cada escola a tarefa de construção de seu próprio projeto político-pedagógico, considerando a inclusão deste conceito.

Reforçar a identidade de alunos e professores respeitando a pluralidade e criando condições mais favoráveis à expressão das nossas diversas identidades como cidadãos brasileiros e latino-americanos, enfim, cidadãos do mundo, deve estar no nosso caminho.

No uso das diversas teorias que iluminam o nosso fazer e refletir pedagógico, queremos ressaltar nossos sonhos de professores e professoras, na direção que garanta a todos os nossos alunos e alunas a construção de conhecimentos sistematizados com o nosso tempo e em busca da transformação para a cidadania plena.

Que cada sala de aula seja mesmo do tamanho do mundo!

*Sônia Magalhães*

Sônia Magalhães  
Secretária de Educação da Cidade do Rio de Janeiro



**Azoilda: Admiradora de gente**

Ela tem 43 anos e se autodefine como "uma aprendiz". Na rotina de sua prática educativa, Azoilda Loretto Trindade, professora da rede municipal de Educação do Rio de Janeiro e coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá, sempre se pergunta e estimula seus alunos a perguntarem o porquê disso ou daquilo. "Sou fascinada por gente. Acho importante que as pessoas pensem o porquê das coisas e porque lidamos com o outro", costuma dizer. Extremamente crítica, Azoilda, que trabalha como assessora da 2ª Coordenadoria Regional de Educação, situa em movimentos que têm as questões raciais, de gênero e culturais como tema de discussão. Em entrevista à repórter Viviane Viana, a educadora fala desses assuntos e aponta caminhos para o professor lidar com eles dentro e fora da sala de aula.

### O que é identidade?

Se dissociarmos a palavra teremos algo relacionado com idêntico, idem, igual. É a busca de igualdade entre as diferenças. É algo que faz você igual ao outro. Se pensarmos num sentido mais amplo, identidade é aquilo que me relaciona a determinado grupo, como identidade feminina, identidade negra. Não gosto, no entanto, da ideia de identidade generalizada, como dizer que negro gosta de samba. Nem todo negro gosta de samba. »

## CULTURA NEGRA CULTURA VIVA

Semana de  
consciência Negra na  
PUC-Rio

### ORGANIZAÇÃO:

GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA PUC-RIO

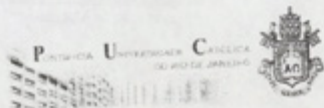
Geane Pereira Campos - Letras  
Lúcia Adriana Vieira - Sociologia  
Márcio Flávio Silva de Oliveira - Química  
Ronaldo Costa - Sociologia  
Simone Baptista Segurins - Letras

### APOIO:

Departamento de Serviço Social  
Vice-Reitoria Comunitária  
Pastoral Universitária



04/05 E 06 DE  
NOVEMBRO / 97



# O BAOBÁ AZOILDA LORETTO DA TRINDADE

*Gisele Rose*

Graduada em Filosofia pela UFRJ. Especialista em Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo pela UFRJ. Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Cefet-RJ.

*Deve-se mudar o paradigma da falta para o da potência. Cada um é único. Aquele é meu aluno e é com ele que eu preciso aprender a lidar.*

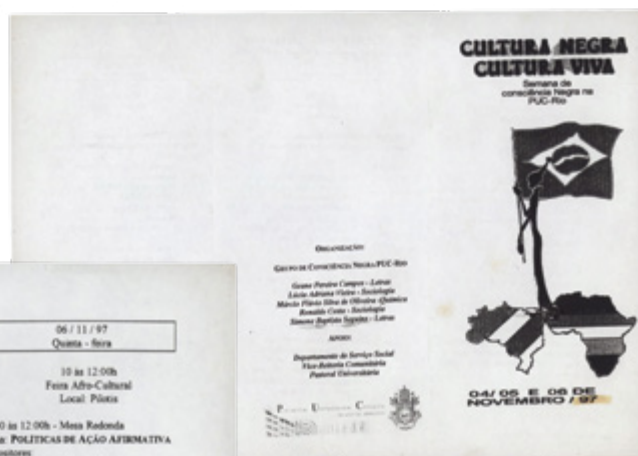
Azoilda Loretto da Trindade

Este artigo surge da história de uma mulher visionária, pioneira no Brasil em discutir educação, as relações entre racismo, a educação infantil e a importância de buscar propostas pedagógicas que partissem do afeto. Então, Azoilda parte muito deste lugar da inovação, da criança e das práticas pedagógicas. Ativista, educadora e acadêmica, que priorizava o diálogo, as trocas de experiências e vivências (SILVA, 2021), Azoilda pensou sobre as tantas travessias que as existências negras percorrem e se colocou na posição de compreender a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuar repetindo modelos tradicionais centrados. Através de suas palavras, compreendemos a diversidade de sua formação e a importância de todos os caminhos por ela trilhados:

Fiz o curso de Mestrado em Educação do extinto Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, onde defendi a dissertação: “O Racismo no Cotidiano Escolar”. Cursei o Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual aguardo autorização para a defesa da dissertação: “O Racismo no Cotidiano - olhares e dizeres dos alunos e das alunas”. Este no sentido de complementar o anterior, que não abordou os alunos e as alunas. Hoje estou no segundo período do Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde pretendo desenvolver a pesquisa “A Cultura Negras nos Currículos Escolares”, ou seja, quer como docente, quer como ativista, procuro, exercer meu papel de educadora articulando estudo e pesquisa no sentido de emergência de novas teorias e novas práticas que contemplem a diversidade étnico-cultural brasileira.

Na minha trajetória, ou seja, aprendendo nos livros, com as experiências minhas e dos outros, na vida, percebo que, no que se refere à nossa diversidade humana (cultural, étnica, de gênero etc.), e sua relação com a escola, existe uma demanda enorme de se inventar/criar práxis, enquanto teoria e prática refletida, avaliada, analisada, sentida, vivida.”

| CULTURA NEGRA CULTURA VIVA<br>Semana da Consciência Negra na PUC-Rio                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 04 / 11 / 97<br>Terça - feira                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 05 / 11 / 97<br>Quarta - feira                                                                                                                                                                                                                                                                              | 06 / 11 / 97<br>Quinta - feira                                                                                                                                                                                                                                 |
| 10 às 12:00h<br>Feira Afro-Cultural<br>Local: Píloto                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 10 às 12:00h<br>Feira Afro-Cultural<br>Local: Píloto                                                                                                                                                                                                                                                        | 10 às 12:00h<br>Feira Afro-Cultural<br>Local: Píloto                                                                                                                                                                                                           |
| 10:00 às 12:00h - Mesa Redonda<br>Tema: O NEGRO E A EDUCAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 10:00 às 12:00h - Mesa Redonda<br>Tema: GLOBALIZAÇÃO E ETNICIDADE                                                                                                                                                                                                                                           | 10:00 às 12:00h - Mesa Redonda<br>Tema: POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA                                                                                                                                                                                           |
| Expositores:<br><i>Fernando Lúcio Neri de Silva</i><br>Pós-graduação em Educação Infantil<br>Atua no Fórum Estadual de Mulheres Negras<br><i>Azoida Trindade</i><br>Professora e Mestre em Educação<br>(OPCN)<br><i>Silene Kramer</i><br>Doutora em Educação<br><i>Marcos Vinícius</i><br>Deputado Estadual do PT<br>e Diretor Nacional do MNU | Expositores:<br><i>Conceição Esteiro</i><br>Mestre em Literatura Brasileira -<br>PUC. Doutoranda em<br>Literatura Comparada<br><i>Nelson Silva de Oliveira</i><br>Pesquisador da Coordenação<br>Interdisciplinar de Estudos<br>Culturais<br>(CIEC)<br><i>Leoni Sampaio</i><br>Vice-Diretor do Afro-Asiático | Expositores:<br><i>Joacimar Oliveira de Araújo</i><br>Sociólogo e<br>Pesquisador do Núcleo da Cor<br>(INPICS - UFRJ)<br><i>João Carlos Santos</i><br>Pedagogo<br>e Secretário Executivo do CEAP<br><i>Zumbi</i><br>Vereador do Município de<br>Duque de Caxias |
| Local: Salão Padre José de Anchieta                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Local: Salão Padre José de Anchieta                                                                                                                                                                                                                                                                         | Local: Salão Padre José de Anchieta                                                                                                                                                                                                                            |
| 12:00h<br><i>Cia Étnica</i><br>Apresenta a peça "Sai de Casa"<br>espócio de memória da Zéze do<br>Dadile Criação coletiva da Cia Étnica<br>Assim.                                                                                                                                                                                              | 12:00h<br><i>João Bosco Rezende</i><br>Jamaicano. Poeta e performer,<br>internacionalmente reconhecido.                                                                                                                                                                                                     | 12:30h<br>Galeria Tatuagem da OBA<br>Apresentação da peça:<br>"ARMA-GE O BRANQUELO" e                                                                                                                                                                          |
| 13:20h<br><i>Banda ERE - Fundação São Martinho</i><br>Apresentação                                                                                                                                                                                                                                                                             | 12:30h<br>Mestre Nacional João e Madores<br>Grupo de Capoeira Quilombo Nago<br>Apresentação do Maculelê                                                                                                                                                                                                     | 13:00h<br>Apresentação da Banda Afro - OBA                                                                                                                                                                                                                     |
| Local: Píloto do Edifício da Amizade                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Local: Píloto do Edifício da Amizade                                                                                                                                                                                                                                                                        | Local: Píloto do Edifício da Amizade                                                                                                                                                                                                                           |



A história de Azoilda Loretto da Trindade é atravessada pelo seu engajamento na educação pública enquanto pedagoga, psicóloga e ativista de movimentos sociais negros, pois sempre conjugou a carreira na educação básica com a formação acadêmica e inclusive com a docência no nível superior. Foi professora sendo uma inspiração de como a academia e a escola devem estar em diálogo permanente. Foi pioneira em defender algo óbvio: o afeto, pois a melhor forma de educar é através do afeto, da relação humana do olho no olho, da fala através da oralidade, ou seja, na luta para tornar visível o que a população negra tem de melhor em termos de história, saberes e transformações, valorizado cada pessoa, cada projeto e cada ação, pois foi uma intelectual que viveu o coletivo:

Na minha trajetória de mais de 10 anos como professora de ensino fundamental nas séries iniciais, como professora em equipes técnico-pedagógicas dos níveis central e intermediário

da Secretaria Municipal de Educação, como supervisora (concursada), sempre em escolas públicas, como professora substituta de Didática, Estrutura do Ensino do 1º e 2º graus, Filosofia da Educação e Prática de Ensino na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - São Gonçalo, e como professora da disciplina de Multiculturalismo, no curso de pós-graduação em Alfabetização dos (as) alunos(as) das Classes Populares da Universidade Federal Fluminense, posso dizer que há uma necessidade de fortalecimento do viés guerreiro do(a) professor(a). Viés este que mantém a Educação Pública, que produz e forma novos professores (as) e que pode, quem sabe persistir no sonho de uma educação plural, democrática e comprometida com o desejo, alegria e o prazer de conhecer.

Um dos grandes legados de Azoilda seria essa pedagogia que construiu, inteiramente voltada para a práxis, pois não há pedagogia sem pessoas e precisamos de um momento com o nosso povo para compreender que não há conhecimento apenas na academia.

O meu viés de “eterna aprendiz” e de professora se afirmava. Como aprendiz, além dos cursos de graduação e pós-graduação, fiz e faço muitos cursos livres: artes plásticas, literatura, artes integradas, música, teatro, assisti e assisto muitas palestras, debates, filmes... Participei e participo do máximo possível de eventos culturais.

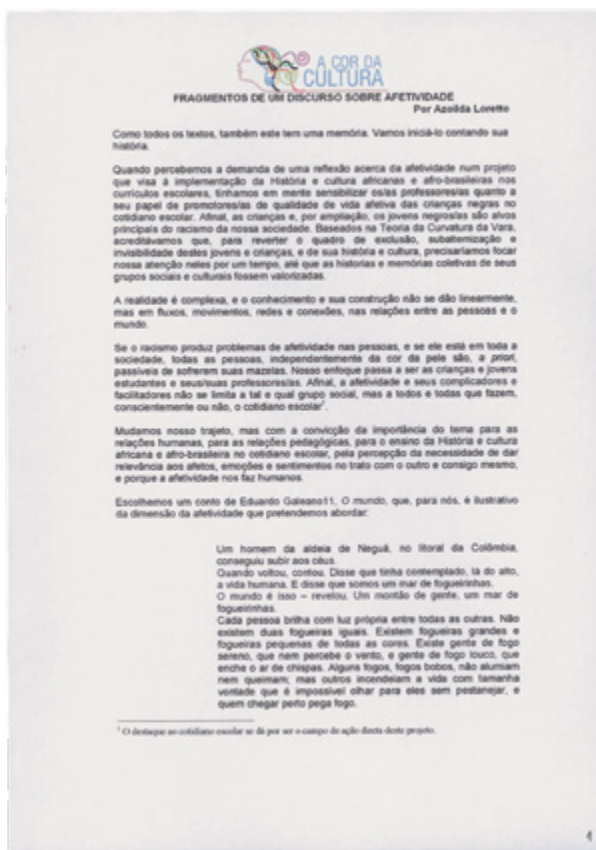
Um dos líderes das lutas de libertação africanas Amílcar Cabral, certa vez disse algo mais ou menos assim: “O mais ignorante é aquele que sabe sem ter aprendido. Aprender com a experiência da gente, com os outros, com o povo, nos livros, na vida. Aprender sempre.” Uso-o para ilustrar como eu me posiciono: uma professora apaixonada, comprometida com o prazer de aprender e que acredita que professor(a)/educador(a) tem que estudar, buscar, pesquisar, criar, arriscar.

Na minha trajetória de mais de 10 anos como professora de ensino fundamental nas séries iniciais, como professora em equipes técnico-pedagógicas dos níveis central e intermediário da Secretaria Municipal de Educação, como supervisora (concursada), sempre em escolas públicas, como professora substituta de Didática, Estrutura do Ensino do 1º e 2º graus, Filosofia da Educação e Prática de Ensino na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – São Gonçalo, e como professora da disciplina Multiculturalismo, no curso de pós-graduação em Alfabetização dos(as) alunos(as) das Classes Populares da Universidade Federal Fluminense, posso dizer que há uma necessidade de fortalecimento do viés guerreiro do(a) professor(a). Viés este que mantém a Educação Pública, que produz e forma novos professores(as) e que pode, quem sabe persistir no sonho de uma educação plural, democrática e comprometida com o desejo, alegria e o prazer de conhecer.

Por me referir a viés guerreiro, do ano de 1986 em diante, um novo dado se acrescenta à minha vida e que vai me influenciar em todas as minhas dimensões: passo a ser ativista do Movimento Negro e depois anti-racista, especificamente no campo da Educação. Desde então, toda minha vida, e em especial, por conta do objetivo deste memorial, minha vida profissional vem sendo atravessada pelo estudo/pesquisa e pelo trabalho de construção de uma pedagogia anti racista, plural e democrática; de práticas e teorias educacionais que contemplem positivamente e com igualdade a nossa diversidade quer cultural, quer étnica, quer de qualquer ordem.

Fiz o curso de Mestrado em Educação do extinto Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, onde defendi a dissertação: “O Racismo no Cotidiano Escolar”. Cursei o Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual aguardo autorização para a defesa da dissertação: “O Racismo no Cotidiano – olhares e dizeres dos alunos e das alunas”. Este no sentido de complementar o anterior, que não abordou os alunos e as alunas. Hoje, estou no segundo período do Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde pretendo desenvolver a pesquisa “A Cultura Negra nos Currículos Escolares”, ou seja, quer como docente, quer como ativista, procuro exercer o meu papel de educadora articulando estudo e pesquisa no sentido da emergência de novas teorias e novas práticas que contemplem a diversidade étnico-cultural brasileira.

Na minha trajetória, ou seja, aprendendo nos livros, com as experiências minhas e dos outros, na vida, percebo que, no que se refere à nossa diversidade humana (cultural, étnica, de gênero, etc.) e sua relação com a escola, existe uma demanda enorme de se inventar/criar práxis, enquanto teoria e prática refletida, avaliada, analisada, sentida, vivida.



Os textos de Azoilda são atravessados por exemplos e vivências, pois ela foi uma mulher que viveu a vida com visceralidade, que amava dar aula e lecionou desde o ensino infantil até a pós-graduação, sendo professora de escola pública, de universidades particulares e públicas sempre buscando estar em lugares onde houvesse a possibilidade de diálogos. Essa pedagogia voltada para a práxis e para a possibilidade de diversas reflexões, tornou-a protagonista em vivenciar o óbvio, mostrando que a melhor forma de educar é através da afetividade:

Quando percebemos a demanda de uma reflexão acerca da afetividade num projeto que visa à implementação da História e cultura africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares, tínhamos em mente sensibilizar os/as professores/as quanto ao seu papel de promotores/as de qualidade de vida afetiva das crianças negras no cotidiano escolar. Afinal, as crianças e, por ampliação, os jovens negros/as são alvos principais do racismo da nossa sociedade. Baseados

na Teoria da Curvatura da Vara, acreditávamos que, para reverter o quadro da exclusão, subalternização e invisibilidade destes jovens e crianças, e de sua história e cultura, precisaríamos focar nossa atenção neles por muito tempo, até que as histórias e memórias coletivas de seus grupos sociais e culturas fossem valorizadas.

A realidade é complexa, e o conhecimento e sua construção não se dão linearmente, mas em fluxos, movimentos, redes e conexões, nas relações entre as pessoas e o mundo.

Se o racismo produz problemas de afetividade nas pessoas, e se ele está em toda a sociedade, todas as pessoas, independentemente da cor da pele são, a priori, passíveis de sofrerem suas mazelas. Nosso enfoque passa a ser as crianças e jovens estudantes e seus/suas professores/as. Afinal, a afetividade e seus complicadores e facilitadores não se limita a tal e qual grupo social, mas a todos e todas que fazem, conscientemente ou não, o cotidiano escolar.

A busca por uma educação de qualidade acessível a todos e todas é uma tarefa que vem sendo

# O QUE É O PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS E CÍVIS/SOS RACISMO DO IPON?

É um Programa de resgate da Cidadania do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, organização do movimento Negro com 1500 associados, que tem como principal objetivo o combate ao Racismo da forma que ele se apresenta na hora e no lugar que acontece.

## O QUE FAZ ESTE PROGRAMA DO IPON?

Busca através da formação de núcleos interraciais de cidadania crítica na sociedade civil, em conjunto com o movimento social, conscientizar e lutar contra o racismo: a discriminação sexual e de classe, que são múltiplas formas de dominação que mantêm o Negro, a Mulher, o Índio e os Oprimidos em geral, como eternos cidadãos de segunda classe.

## QUAL O CARACTER DE SUA AÇÃO?

É um Programa nacional multirracial, plurissexual e multipartidário, onde só não cabem racistas e opressores.

## COMO AGE O IPON - DIREITOS HUMANOS E CÍVIS/SOS RACISMO?

Existente um escritório de defesa da Cidadania montado no IPON, onde uma equipe de ativistas profissionalizados e voluntários atende a todos os interessados de segunda a sexta, buscando dar uma atenção ao caráter múltiplo da pessoa humana, nas áreas jurídica, educacional e psico-social.

## E O QUE ACONTECE NAIST?

Oferece cursos de Cidadania Crítica e Racismo a pessoas, associações de bairros e favelas, sindicatos, paróquias e escolas. Nesses cursos se busca olhar a história do Brasil através dos olhos dos Negros, das Mulheres, dos Índios e dos Oprimidos em geral.

# O QUE É O IPON?

Esta organização do Movimento Negro, fundada em 1975, que tem por objetivos o combate ao Racismo, a busca do resgate cultural e econômico da comunidade negra.

Possui um currículo de lutas que se caracteriza principalmente pelo ativismo anti-racista no Brasil, denunciando através da denúncia permanente da falsa democracia racial aqui existente, bem como, da estratégia genocida que o Estado impõe à população negra através de seus equipamentos judiciário, policial-militar e comunicacional como componentes parciais da trama de exclusão do negro da maioria racial desta população.

## O QUE É O RACISMO BRASILEIRO?

É um sistema que engana todo mundo tão direito, que a Constituição nos garante entrar em qualquer prédio de Ipanema, só que, quando estamos lá dentro, vemos que não temos ninguém para visitar.

1988 ANO DO CENTENÁRIO DA FALSA ABOLIÇÃO 1888



## CIDADANIA

[

## RACISMO

I CICLO DE REFLEXÃO - 2 SEMESTRE/88

## "NÓS QUEREMOS TUDO"

(frase do Rev. Libertário do início do século)

Programa de Direitos Humanos e Cívicos/SOS RACISMO

do

INSTITUTO DE PESQUISAS DAS CULTURAS NEGRAS-IPON

Av. Ana de Sá, 208 - Tel.: 252-6683

Vamos adiante, é um desafio !!

O corpo, a alma, a cultura, o sexo, a língua nada alancará de um povo, muitos povos, esmagado, esgoado. Queremos conhecer, compreender, explicar! com 140 milhões de despossuídos mantidos vivos a força de sua cultura, a energia de sua liberdade, como vencer aos que se engasgam em pensá-los dominados.

O Programa Direitos Humanos e Cívicos/SOS-RACISMO, parte para o 2 semestre do curso "Cidadania e Racismo", com a mesma parça, com o mesmo espírito de valorizar, esclarecer e incentivar a reflexão crítica no combate ao racismo e a todas as formas de discriminação e violência. Vamos caminhar para uma universidade popular, onde a ciência seja a sabedoria de nosso povo.

Vamos, vamos !!!

Início do Curso: 27/09/88

Dias : todas as 3as. e 5as. feiras

Horário : 19:30 as 22:00 horas

Local : Auditório do Sindicato dos Professores RJ  
Rua Pedro Lessa, 35

Inscrição

Início : 19/09/88 Término: 30/09/88

Taxa : Cr\$ 500,00

Horário : 14:30 as 19:30 horas

Local : Av. Ana de Sá, 208-Centro

Procurar : Dilce ou Regina

## PROGRAMA

### 1. PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

- \* A Formação Crítica da Cidadania
- \* A Descolonização do Corpo e da Mente

### 2. HISTÓRIA DA ÁFRICA

- \* A África Antes de Ser Terra de Ninguém
- \* Situação Política/Geográfica
- \* As Fontes de Luta

### 3. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO QUE NINGUÉM CONTA

- \* A Marginalização Social e Educação
- \* A Escola do Povo e o Povo da Escola
- \* E Eu, Onde Fico? (educação de adultos)

### 4. HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

- \* O Negro e a Violação de Seus Direitos
- \* Resgate : movimento de luta x dominação (os primeiros sobreviventes a contemporaneidade)
- \* A Capoeira : o corpo arrebatando o pensamento dominador
- \* Música Popular : uma trincheira de luta

### 5. AS RELIGIÕES

- \* A Religião e o Poder
- \* Práticas Afro-Brasileiras
- \* As Artes da Revolução (Tatouagem, etc.)

### 6. AS MAJORIAS SEM PODER

- \* Cidadania de Segunda Classe
- \* A Mulher, o Índio, o Negro:
- as faces sexistas, racistas e classistas de um só poder
- o mercado de trabalho
- os meios de comunicação x ideologia classista

### 7. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO

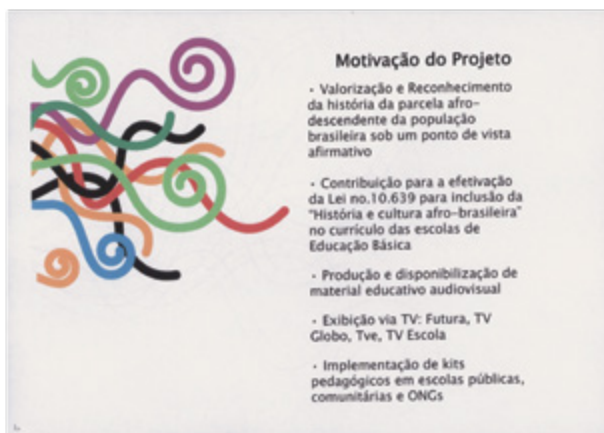
- \* Interpretação das Leis
- \* Obscuridade das Leis
- \* O Direito como Sistema de Controle do Comportamento

### EQUIPE S.O.S. - RACISMO

Coordenação : João Marcos Aurora Romão

Equipe Técnica:  
Pedagógica - Dilce Esmeraldina de Jesus  
Jurídica - Regina Coeli B. dos Santos

Apoio Setor Pesquisa: Maria Christina R. Silva



executada, tendo como resultado uma prática mais acolhedora e crítica (SILVA, 2021). Azoilda, o nosso baobá, essa árvore nativa da África e suas sementes continuam sendo plantadas e germinando em diversos lugares. Felizmente estamos vivendo um momento no qual podemos ver, discutir, repensar, pensar e produzir outras imagens, histórias e memórias. Que os caminhos abertos por Azoilda perpetuem e nos proporcionem referências, memórias, ancestralidade e axé.

Destacamos sua participação no Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN), fazendo parte do primeiro/grupo que assumiu a sua direção quando esta era uma das únicas entidades do movimento negro, que já se reconhecia desta forma e, tinha sede própria no Rio de Janeiro no bairro da Lapa (SILVA, 2021).

Ressaltamos também o fato de ter sido indicada por diferentes grupos como o nome ideal para ser a coordenadora pedagógica do Projeto A Cor da Cultura com escritos e produções que ainda hoje nos ajudam a refletir sobre nossa identidade ressignificando e valorizando nossa beleza sempre através das trocas e dos diálogos. Um projeto que convida todas as pessoas negras e não negras a pensar sobre nossas experiências a partir do fato de sermos todos afro-brasileiros:

O Projeto A Cor da Cultura é por princípio um projeto de parceria, de sonhos partilhados, sonhos coletivos. Neste sentido, é importante

destacar que a metodologia por ele utilizada foi construída, tecida, no encontro de expertises de vários cantos. Podemos dizer uma metodologia, tecida em diálogo com várias linguagens, várias pessoas, várias disciplinas, vários saberes e fazeres. Não é, portanto, por acaso que tem três cadernos com os nomes: Modos de ver, modos de sentir e modos de interagir.

Nossa metodologia é polifônica e dialógica fincada no aprenderensinaraprender. Todas as pessoas constituem, no processo, em malungas (os) nesta viagem/caminhada onde o real desejo de erradicar o racismo transcende a implementação da lei 10.639/2003 nos constitui em construtores de uma sociedade sonhada.

Bordar o baobá Azoilda Loretto da Trindade é enfatizar a importância de sua intelectualidade relacionada à construção de uma educação antirracista, mas principalmente de qualidade para todos e todas a importância de pensar e vivenciar a ressignificação social do ser negro enquanto sujeito dotado de saberes e valores.

## REFERÊNCIAS

SILVA, Gisele Rose da. *Azoilda Loretto da Trindade: o baobá dos valores civilizatórios afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2021.

**O Projeto A Cor da Cultura** é por princípio um projeto de parceria, de sonhos partilhados, sonhos coletivos. Neste sentido, é importante destacar que a metodologia por ele utilizada foi construída, tecida, no encontro de expertises de vários cantos. Podemos dizer uma metodologia tecida em diálogo com várias linguagens, várias pessoas, várias disciplinas, vários saberes e fazeres. Não é, portanto por acaso que tem três cadernos com os nomes: Modos de ver, modos de sentir, modos de interagir.

Nossa metodologia é polifônica e dialógica fincada no *aprenderensinaraprender*. Todas as pessoas se constituem, no processo, em malungas (os) nesta viagem/caminhada onde o real desejo de erradicar o racismo transcendendo a implementação da lei 10639/2003. nos constitui em construtores de uma sociedade sonhada.

#### **Uma genealogia:**

Obviamente, uma metodologia tecida no plural, na diversidade, na diferença, nos entrecruzamentos de fazeres e saberes, não ocorre num processo harmônico, linear e tranquilo. Sobretudo, quando esta relacionada a temas tão viscerais e tensionados como é a questão das relações étnicoraciais brasileiras. Imaginem o universo de pontos, de debates, de divergências e convergências: Cotas, conceitos (raça/etnia), religião/religiosidade, africanidades, quilombos, livro didático, visões de educação, o trabalho com crianças, adolescentes e jovens, práticas docentes diversas, desigualdades, relações étnico-raciais, minorias, função da escola e do conhecimento escolar...

Imaginem um coletivo com pessoas de origens, concepções, formações, vivências, expectativas diferenciadas se encontrando para construir um novo. Este foi o contexto onde foi tecida a metodologia do projeto A Cor da Cultura

A metodologia é assim, calcada na tensão, no fio de prumo entre duas "certezas" conflitantes:

A "certeza" que todas as pessoas carregam saberes e, em função de todas as pessoas serem afrodescendentes, afinal, o primeiro ser humano é africano ou africana, podemos dizer que os saberes précolombianos, aqui presentes, são também saberes afrodescendentes. E, podemos dizer, ainda, que somos

II Seminário de Especialistas em Educação  
Angra dos Reis, 18 de julho de 2004

### O DIVERSO NO UNIVERSO ESCOLAR – MULTICULTURALISMO E COTIDIANO ESCOLAR<sup>1</sup>

Por AZOILDA LORETTO DA TRINDADE

Professora e Supervisora de Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro  
Mestranda em Educação pelo IESAE/FGV-RJ

*Dedico este texto a todos e todas profissionais de Educação que vem tentando ao longo dos 500 anos de chegada oficial dos Portugueses ao Brasil, reverter o cronificado quadro de injustiças e exclusões que atravessam nossa História.*

Antes de iniciarmos o texto propriamente dito, gostaríamos de esclarecer que não se trata de um texto de cunho acadêmico, teórico, mas um texto reflexivo ancorado numa vivência de dia - a - dia escolar de uma professora fascinada com a singularidade humana e inquieta com o caráter conservador, elitista, machista e racista da escola.

Pensar, refletir e escrever sobre a diversidade humana, cultural, étnica, social que permeia o cotidiano escolar acreditamos não é fácil, sobretudo por se tratar de um tema tão complexo e mobilizante com este. Complexo porque a diversidade nos convida sempre a romper com os sectarismos, afinal a realidade é paradoxal, não dicotômica. Por exemplo, embora o conservadorismo, o racismo, o machismo, o elitismo transversalizem a escola, também a inovação, a aceitação do outro, o amor, a tolerância, o igualitarismo, a liberdade fazem parte do seu cotidiano. Mobilizante, porque temos uma tendência enquanto profissional da educação ou a negar o que consideramos ruim, como fazendo parte da escola, ou a colocamos estes aspectos negativos em outras pessoas, menos em nós mesmos, ou a ficamos quase ensandecidas para intervir no processo de mudança. Mobilizante, porque não ficamos neutros, silenciosos ao refletir sobre a diversidade, a diferença na escola, na educação. Mas como viver é correr riscos e enfrentar desafios, vamos ao trabalho.

Quando nos pomos a pensar sobre a magia que a vida nos apresenta, sobre a lição de criatividade que a vida nos oferece, quando nós observamos, por exemplo, as pessoas, que são únicas no Universo, muitas vezes nos pomos a pensar porque tanta injustiça, porque tanta exclusão. Porque isto tudo permanece após 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil? Porque tudo isto permanece na beirada do Terceiro Milênio e no século XXI? Porque a despeito de tanto avanço tecnológico, a despeito da chegada do que chamávamos "futuro", ao olharmos nossas ruas, os serviços de saúde pública, as escolas

<sup>1</sup> Com algumas alterações este texto foi publicado na Revista do SEPE (Sindicato Estadual dos profissionais de Educação do Rio de Janeiro) edição especial, ano II, nº 5 e 6, nov 99 a abril de 2000

# AFETIVIDADE E OS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NO PROJETO 'A COR DA CULTURA'

Ana Paula Brandão

Historiadora, Mestre em Comunicação e Cultura ECO/UFRJ e em Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos - NEPP/UFRJ; atua há mais de 20 anos com Direitos Humanos, Educação e no combate ao racismo. É Diretora Programática na ActionAid

Maria Corrêa

Pedagoga pela UERJ, é especialista em EREER e atua na gestão e na formação de professores em projetos de educação antirracista no terceiro setor. É analista de articulação do Projeto SETA

*Antes de iniciarmos o texto propriamente dito, gostaríamos de esclarecer que não se trata de um texto de cunho acadêmico, teórico, mas um texto reflexivo ancorado numa vivência de dia a dia escolar de uma professora fascinada com a singularidade humana e inquieta com o caráter conservador, elitista, machista e racista da escola.*

Esse foi o preâmbulo do artigo apresentado por Azoilda no II Seminário de Especialistas em Educação, ocorrido em Angra dos Reis, em 08 de julho de 2004, sob o título “O diverso no universo escolar – multiculturalismo e cotidiano escolar”. Este trecho sintetiza nosso entendimento do processo de produção e pensamento que a professora Azoilda – como ela mesma assinava – tinha. Ela gostava de colocar a mão na massa, de ser ponte entre o conhecimento acadêmico, e seu rigor metodológico, e o cotidiano do ensinar-aprender-ensinar.

Suas oficinas transcendiam o simples aprendizado. Não eram aulas, eram experiências, tinham

vida, despertavam sentimentos; eram doces e amargas na mesma medida. As oficinas que ela desenhou para o A Cor da Cultura, das quais tive o privilégio de participar, foram espaços fundamentalmente de aprendizado e de vivência.

Nosso objetivo aqui neste artigo é apresentar a professora Azoilda a partir da experiência que nos uniu: o projeto A Cor da Cultura. Nos conhecemos em 2005, nós liderando o A Cor da Cultura a partir do Canal Futura<sup>1</sup>, e ela indicada por diferentes especialistas como a pessoa ideal para ser a coordenadora pedagógica daquilo que foi, à época, um dos mais importantes programas

---

1 O projeto *A Cor da Cultura* era uma parceria entre a Fundação Roberto Marinho, através do Canal Futura, da Rede Globo, através da sua área de Responsabilidade Social, a ONG Cidan – Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, o MEC, através da SECAD – Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, a Fundação Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, a Tv Brasil e a Petrobras, que era a financiadora da iniciativa.

de formação de professores para a recente Lei 10.639/03<sup>2</sup> – lei essa que modifica a LDB no artigo 26-A, obrigando o ensino da história e cultura africana e afrobrasileira nos currículos escolares da educação básica. Além das atividades de formação de professores e educadores, o projeto também teve produção de material didático composto por livros, audiovisuais, jogo, mapas, reunidos num kit que foi distribuído para mais de 9000 profissionais de educação ao longo das suas três edições (2004-2006, 2010-2011 e 2012-2014), chegando a 18 estados, 170 municípios. A Azoilda esteve presente em todas as etapas de desenvolvimento do material e foi a grande responsável pela elaboração das oficinas formativas de professores, marca registrada do Programa.

## A Cor da Cultura

Podemos afirmar que a Lei 10.639/03 é uma conquista dos movimentos sociais, especialmente do Movimento Negro. Conforme aponta Rosana Batista Monteiro (2010), já no início do século XX organizações negras se responsabilizavam pelo processo de alfabetização e elaboravam seus próprios instrumentos de comunicação, nos quais também reivindicavam a inclusão educacional e acesso ao direito político do voto como estratégias para a mobilidade social da população afrodescendente. Além de seu componente político, visto que a educação favorece a produção de conhecimentos que valorizam o “diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação” (GOMES, 2012, p. 735). A luta pelo direito à educação é, portanto, estratégica, na medida em que possibilita a formação democrática e humanista de todos, negros e não negros. Se entendermos a educação em seu caráter dialógico, todos dela se beneficiariam.

Contudo, a criação da Lei, per si, não

garantiria as condições de seu pleno funcionamento. O “cumpra-se” chegou de forma “inesperada” para muitas redes de educação – senão todas – que não se prepararam devidamente para implementá-la. O Parecer do CNE, que ficou pronto no ano seguinte, foi, segundo sua relatora, Profa. Dra. Petronilha Silva, “inicialmente um trabalho de consultas, formal ou informal, com professores, estudantes, coordenadores de educação, pais de alunos, e outros. Foi um processo longo e o mais profundo possível”.<sup>3</sup> Ou seja, embora a Lei tenha trazido uma urgência na adequação das redes de educação, não se pode dizer que não havia estudos sobre a questão.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos e, Diversidade (SECAD) (que mais tarde incluiu a letra “I” em referência à temática da inclusão), por exemplo, organizou neste mesmo ano, 2004, Grupos de Trabalho para a discussão e a inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira num Plano de Ação. Os GTs foram divididos pelos níveis/modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos. Essa escuta e trabalho coletivo resultaram no livro *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais* (MEC/SECAD, 2006) que foi distribuído pelo Ministério, do qual a Azoilda foi uma das autoras. Várias outras publicações também foram produzidas, com liderança do MEC, e disponibilizadas para as redes de educação municipais e estaduais.

No entanto, a constatação à época, era que as redes de educação não tinham professores formados na temática, materiais didáticos adequados, recursos para atividades. Ou seja, as secretarias de educação não estavam preparadas para implementar a Lei 10.639/03, não havia material formativo suficiente, tanto para a formação de professores, quanto material didático para ser usado em sala de aula. Por conseguinte, após sua

---

2 Depois atualizada em 2008, pela Lei 11.645, que inclui o ensino da história e cultura indígena na educação básica.

---

3 <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/08/24/20-anos-da-lei-10-639-conquistas-e-desafios-para-uma-educacao-antirracista/>

promulgação, iniciam-se diferentes ações para dar conta da demanda. Dentre essas iniciativas, está o A Cor da Cultura.

A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e de reconhecimento da história e da contribuição da população negra à sociedade brasileira<sup>4</sup>. Seu início foi em 2004 e perdurou até 2014, com intervalos entre cada edição (2004 a 2006; 2010 a 2011; 2012 a 2014).

A ideia inicial do projeto foi de três ativistas e artistas ligados ao Movimento Negro: Wânia Sant'Anna, historiadora e referência do movimento; Antônio Pilar, ator e diretor de audiovisual; Antônio Pompeo, ator e ativista. Os três representavam a ONG Cidan (Centro de informação do artista negro), sob a presidência da atriz Zezé Motta. A ideia de construir um conteúdo audiovisual sobre personalidades negras representativas da nossa história e que não têm o reconhecimento da sua importância. Mais tarde, se tornaria a série "Heróis de todo mundo", que foi levada para área de Responsabilidade Social da Rede Globo, que fez a ponte com o Canal Futura.

Projeto social de comunicação mantido pela Fundação Roberto Marinho, o Canal Futura foi fundado em 1997 e, desde então, desenvolve conteúdo audiovisual e projetos educacionais em parceria com instituições do terceiro setor, ONGs, universidades e entes do Estado. No Futura a ideia foi desenvolvida e recebeu o nome, A Cor da Cultura (assim como toda a identidade visual), para se tornar um projeto de educação, prevendo diferentes produtos audiovisuais, materiais didáticos, objetos de aprendizagem e uma metodologia de implementação.

À época não tínhamos dimensão do ineditismo da proposta e de quão integrada estava com a demanda por formação e material que o período exigia.

Na primeira fase do A Cor da Cultura, talvez a mais desafiadora, pois havia o desconhecimento por parte dos gestores e da comunidade

acadêmica sobre a Lei, foi quando se concentrou a maior parte da produção dos materiais que compuseram o kit. O material foi todo produzido num curto espaço de tempo (cerca de 8 meses); a metodologia formativa foi desenhada e a seleção dos profissionais<sup>5</sup> que iriam ser os responsáveis pelas oficinas formativas aconteceu. Além de, obviamente, fechar parceria e contrato com todas as secretarias envolvidas, organizar a logística das viagens e das formações, contratar equipe de produção para, finalmente, ir a campo formar os 2000 educadores previstos no contrato dessa primeira fase.

Nas duas outras duas fases, foram selecionadas, através de edital, organizações da sociedade civil, fundações e universidades/Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (NEABs), para serem responsáveis pelas formações dos educadores junto às secretarias. Esse elemento trouxe uma outra dinâmica ao A Cor da Cultura, incorporando as expertises dessas organizações à atuação junto às secretarias de educação. São elas: Ação Educativa, FUNDEP/UFGM, NEABI/UFPR, N'ZINGA – Coletivo de Mulheres Negras de BH. CEAP-NBLAC/UFC, INDEC – Nova Iguaçu, NEABI/UFU, ACEAA/UCAM, Geledés – Instituto da Mulher Negra, e IJC – Instituto de Juventude Contemporânea.

Foi uma grande virada do projeto, pois além de realizarem as formações, elas, como especialistas na temática, aportavam conhecimentos e ainda multiplicavam os conteúdos e metodologia através de suas atividades cotidianas. E por estarem geograficamente espalhadas pelo país, também poderiam contribuir na sustentabilidade e fortalecimento do campo.

O diálogo com as equipes dessas organizações referente aos processos formativos, conteúdos, discussões temáticas e teóricas eram liderados por Azoilda, que exercia um considerável poder e era por todos respeitada. Mesmo que houvesse discordâncias metodológicas – e elas existiam – a liderança de Azoilda era incontestada. E ela se

4 Ver em <https://futura.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/solucao/cor-da-cultura>

5 Nesta primeira fase, a seleção dos formadores foi feita via currículo; eram buscados perfis de profissionais que tivessem conhecimento na temática e ou experiência como professores.

concretizava não apenas por seu currículo e conhecimento no tema, mas também pelo afeto, característica que ela muito bem conceituou em seu artigo “Em busca da cidadania plena: Fragmentos de um discurso sobre afetividade”, no livro *Modos de Ver* (2006), do kit *A Cor da Cultura*.

A Azoilda era o elo mais forte da corrente formada pelo Futura, instituições formadoras, secretarias de educação, por educadores e pelo chão da escola. A metodologia criada por ela, em diálogo com os territórios, era programada para levar professores a revisitarem sua prática, a apurarem seu olhar e a transformarem suas salas de aula em espaços acolhedores para todos os alunos. Como ela mesma disse:

Em outras palavras, porque o mundo é um montão de gente, um mar de fogueirinhas e para que as fogueirinhas existam, queimem, sejam calmas ou tenham a intensidade capaz de incendiar outras pessoas, é fundamental a nossa afetividade. Porque afetividade tem relação direta com o influenciar e ser influenciado, potencializar, possibilitar. Porque afetividade está relacionada ao gostar de gente, propiciar encontros, contatos, afetos e afetações. Porque afetividade nos reporta ao corpo e porque os corpos são potências, possibilidades, amorosidade. A afetividade é uma manifestação corporal, uma expressão corporal fundamental para os encontros, contatos, para as expressões de desejos, pensamentos individuais e coletivos, de emoções as mais diversas, de sentimentos como amor, ódio, cuidado. Em síntese, a forma, a maneira como estou/sou no mundo afeta o mundo, as pessoas (Fragmentos de um discurso sobre afetividade, de Azoilda Loretto da Trindade, 2006, p. 102-103)

## REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, A. P. Coleção saberes e fazeres. Vols. 1 – 5. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.
- BRANDÃO, A. P. Uma avaliação política institucional do Programa “A Cor da Cultura” Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2024.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, Educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.
- MONTEIRO, Rosana Batista. A importância da gestão democrática para a implementação das políticas curriculares de ação afirmativa e sua relação com a formação de gestores. *Laplage em Revista*, 5 (Especial), 2019, p.71-82. Disponível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/481> Acesso em 15 março 2022.
- TRINDADE, Azoilda. Em busca da cidadania plena: Fragmentos de um discurso sobre afetividade. In BRANDÃO, A. P. Coleção saberes e fazeres. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. O diverso no universo escolar – multiculturalismo e cotidiano escolar. Fundo Azoilda Trindade, Arquivo Edgard Leuenroth.

# AZOILDA TRINDADE EM NÓS: PRÁTICAS E AFETOS NA LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

*Aderivaldo Ramos de Santana*

Doutor em História Moderna e Contemporânea (Paris Sorbonne). Pós-doutorado: Universidade de Zurique

25 de abril. Uma mensagem chega pelo Instagram – é a querida Ana Paula Brandão, com um convite para escrever um texto para o Afro Memória, em homenagem à mestra Azoilda Trindade. Senti como se um fio invisível, tecido há anos, fosse reatado ali, me puxando de volta a um tempo que moldou quem sou. Aproveitei o chamado para revisitar imagens antigas, registros de uma travessia que foi, sem exagero, um divisor de águas na minha caminhada acadêmica e existencial. A primeira foto do meu HD se abre diante de mim: “São Paulo – A Cor – 2006.” Zô no centro, irradiando presença. Eu e outros colegas logo atrás, em linha, abraçados pelos ombros, sorrindo como quem sabia – mesmo sem saber – que estávamos vivendo algo fundante. Um gesto coletivo, um afeto compartilhado, uma história em construção. E então, me lembro:

Em 2006, conheci Azoilda Trindade no âmbito do projeto *A Cor da Cultura*, uma iniciativa pioneira e potente voltada para a implementação da Lei 10.639/03 em escolas públicas brasileiras. A lei 10.639, promulgada em 2003, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino. No

entanto, como muitas leis no Brasil, havia o risco de que ela ficasse apenas no papel. Foi nesse contexto que surgiu o projeto que passamos a chamar de “A Cor,” uma parceria entre o Canal Futura, o Ministério da Educação, a Petrobrás, a Fundação Cultural Palmares e entidades do movimento negro brasileiro. Zô comandava essa iniciativa. Como coordenadora nacional de formação, ela foi responsável por conduzir a implementação da lei não apenas como cumprimento legal, mas como experiência transformadora.

Em minha trajetória, tive o privilégio raro de ser coordenado por Azoilda Trindade nesse projeto revolucionário. Foi mais do que uma experiência profissional – foi um encontro transformador. Parte desse percurso está registrada no artigo “*A Cor da Cultura: uma experiência*,” escrito a quatro mãos com Larissa Gabarra. A cada reunião, a cada troca, tornava-se evidente: a luta contra o racismo, travada há tanto tempo em tantos espaços – dentro e fora de nós – ganhava ali um chão concreto, fértil, possível. Trabalhar com educação formal sob a ótica da valorização da África e das culturas afro-brasileira não é um exercício de nicho, tampouco um gesto isolado

– é abrir caminho para um horizonte que não para de crescer. É semear dignidade, memória e futuro (SANTANA e GABARRA, 2012).

A Lei 10.639/03 se fortaleceu ao encontrar ressonância nas práticas inclusivas de educadores e militantes, muitos dos quais, como Azoilda, já atuavam de forma isolada em suas escolas. Percebeu-se uma convergência entre os ideais do projeto e os fazeres cotidianos de uma educação comprometida com a igualdade racial. Se em alguns momentos imaginamos que a implementação da lei poderia nos levar à frustração, o engano foi nosso: ela se mostrou ainda mais forte, sustentada por uma rede de afetos, saberes e resistências.

Zô nos ensinou que ser negro não é apenas uma questão de cor ou de origem, mas um posicionamento político, um gesto de afirmação diante das estruturas de exclusão que marcam nossa sociedade. Essa compreensão está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que dialogam com o pensamento do movimento negro organizado. Sua ação como pedagoga, gestora, pesquisadora e mulher negra foi sempre guiada por uma escuta sensível, por uma construção coletiva, por um compromisso com a educação libertadora.

Em um de seus textos mais potentes, Zô propôs a valorização dos “valores civilizatórios afro-brasileiros” na educação infantil. Inspirada na Declaração Universal dos Direitos da Criança, ela ressaltou que toda criança deveria crescer em um ambiente de compreensão, tolerância, paz e consciência de seu papel no mundo. Para isso, era urgente reconhecer que os afrodescendentes

instituíram, neste país, valores civilizatórios inscritos em nossa música, literatura, gastronomia, religião e modo de ser. Valores que não são resíduos do passado, mas expressões vivas de um projeto civilizatório.

Entre esses valores, Zô destacava:

Axé: a energia vital presente em tudo que vive. Olhar para as crianças como seres sagrados, cheios de axé, é reconhecer nelas o potencial de

transformação; Oralidade: valorização da fala, da escuta, da memória oral como forma de expressão e aprendizado; Circularidade: a roda como forma de encontro, coletividade e continuidade –rodas de conversa, de música, de afeto; e Cooperatividade: o coletivo como horizonte, cuidado com o outro como prática cotidiana. Esses são alguns dos sete valores, princípios e categorias analíticas, modos de viver e de educar que reconhecem a dignidade de nossas crianças, em especial as negras, tão frequentemente silenciadas pelo racismo brasileiro.

Ao longo das formações em diversas capitais do país, Azoilda deixava claro que a aplicação da lei

não se tratava de uma simples inserção de novos conteúdos nos programas escolares, mas de uma mudança profunda na forma de conceber o currículo, as práticas pedagógicas e as relações escolares. Ela insistia que não era possível ensinar história do Brasil sem considerar a África, os povos africanos e seus descendentes no Brasil. Mais do que isso, apontava que essa história deveria ser contada de forma crítica, plural e comprometida com a valorização das culturas negras.

O projeto *A Cor da Cultura* produziu um kit

Zô nos ensinou  
que ser negro  
não é apenas uma  
questão de cor ou  
de origem, mas um  
posicionamento  
político, um gesto  
de afirmação diante  
das estruturas  
de exclusão que  
marcam nossa  
sociedade.

AZOILDA LORETTO DA TRINDADE

## MEMORIAL

---

Escrever meu memorial inevitavelmente suscita emoção. Emoção diante de uma história como professora que começa na infância, com algumas atividades pré-escolares experimentadas, vivenciadas com tanta ludicidade e prazer a ponto de ter exercido uma influência muito grande em mim. Já naquela época eu dizia: "Quando eu crescer, quero ser professora".

Era tão forte que além das tradicionais brincadeiras de ser professora, desde a quarta série guardava gravuras e livros de literatura infantil, para quando eu fosse pró (diminutivo carinhoso de professora, em Salvador/BA).

Cresci, e ao iniciar o, na época chamado, Segundo Grau, fui fazer o curso de Formação de Professores. Que felicidade! Foi uma realização, fiz o curso com tanta força e paixão que fui eleita oradora da turma no dia da formatura.

Imediatamente após, fiz o meu primeiro concurso para lecionar na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Fui aprovada e comecei a trabalhar em Padre Miguel, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Trabalhei lá por um ano. Era tamanha a minha realização que pegar um ônibus todos os dias às 5 horas da manhã para ir trabalhar, me dava muita alegria.

No mesmo período do concurso do município também passei no vestibular para o curso de Psicologia. Estudava à tarde e trabalhava pela manhã.

Um ano e meio depois, pedi exoneração do município a fim de me preparar para o vestibular de Medicina. Foi uma tentativa de realizar o sonho de minha mãe, por quem tenho muita admiração e gratidão. O qual não ocorreu.

O tempo da graduação em Psicologia foi determinante para afirmar meu desejo de ser professora. Ao seu término, cursei três disciplinas isoladas do Mestrado em Psicologia Escolar da Universidade Gama Filho e fiz outro concurso para o mesmo cargo e Secretaria. Voltei a dar aulas, agora em Antares, também Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, no período que coincidia com o término da faculdade.

Fiz uma especialização em Orientação Educacional e depois resolvi fazer uma complementação Pedagógica em Pedagogia – Supervisão Educacional. Eu buscava, então, uma articulação entre Psicologia e Pedagogia.

O meu viés de “eterna aprendiz” e de professora se afirmava. Como aprendiz, além dos cursos de graduação e pós-graduação, fiz e faço muitos cursos livres: artes plásticas, literatura, artes integradas, música, teatro, assisti e assisto muitas palestras, debates, filmes... Participei e participo do máximo possível de eventos culturais.

Um dos líderes das lutas de libertação africanas Amílcar Cabral, certa vez disse algo mais ou menos assim: “O mais ignorante é aquele que sabe sem ter aprendido. Aprender com a experiência da gente, com os outros, com o povo, nos livros, na vida. Aprender sempre.” Uso-o para ilustrar como eu me posiciono: uma professora apaixonada, comprometida com o prazer de aprender e que acredita que professor(a)/educador(a) **tem que** estudar, buscar, pesquisar, criar, arriscar.

Na minha trajetória de mais de 10 anos como professora de ensino fundamental nas séries iniciais, como professora em equipes técnico-pedagógicas dos níveis central e intermediário da Secretaria Municipal de Educação, como supervisora (concursada), sempre em escolas públicas, como professora substituta de Didática, Estrutura do Ensino do 1º e 2º graus, Filosofia da Educação e Prática de Ensino na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – São Gonçalo, e como professora da disciplina Multiculturalismo, no curso de pós-graduação em Alfabetização dos(as) alunos(as) das Classes Populares da Universidade Federal Fluminense, posso dizer que há uma necessidade de fortalecimento do viés guerreiro do(a) professor(a). Viés este que mantém a Educação Pública, que produz e forma novos professores(as) e que pode, quem sabe persistir no sonho de uma educação plural, democrática e comprometida com o desejo, alegria e o prazer de conhecer.

Por me referir a viés guerreiro, do ano de 1986 em diante, um novo dado se acrescenta à minha vida e que vai me influenciar em todas as minhas dimensões: passo a ser ativista do Movimento Negro e depois anti-racista, especificamente no campo da Educação. Desde então, toda minha vida, e em especial, por conta do objetivo deste memorial, minha vida profissional vem sendo atravessada pelo estudo/pesquisa e pelo trabalho de construção de uma pedagogia anti racista, plural e democrática; de práticas e teorias educacionais que contemplem positivamente e com igualdade a nossa diversidade quer cultural, quer étnica, quer de qualquer ordem.

Fiz o curso de Mestrado em Educação do extinto Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, onde defendi a dissertação: “O Racismo no Cotidiano Escolar”. Cursei o Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual aguardo autorização para a defesa da dissertação: “O Racismo no Cotidiano – olhares e dizeres dos alunos e das alunas”. Este no sentido de complementar o anterior, que não abordou os alunos e as alunas. Hoje, estou no segundo período do Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde pretendo desenvolver a pesquisa “A Cultura Negra nos Currículos Escolares”, ou seja, quer como docente, quer como ativista, procuro exercer o meu papel de educadora articulando estudo e pesquisa no sentido da emergência de novas teorias e novas práticas que contemplem a diversidade étnico-cultural brasileira.

Na minha trajetória, ou seja, aprendendo nos livros, com as experiências minhas e dos outros, na vida, percebo que, no que se refere à nossa diversidade humana (cultural, étnica, de gênero, etc.) e sua relação com a escola, existe uma demanda enorme de se inventar/criar práxis, enquanto teoria e prática refletida, avaliada, analisada, sentida, vivida.

pedagógico composto por vídeos, livros, cadernos didáticos e guias para professores. Azoilda participou ativamente da produção e concepção desses materiais, que se organizavam em torno de três eixos principais: “*Modo de Ver*”, “*Modo de Sentir*” e “*Modo de Interagir*”. Esses títulos indicam uma proposta metodológica polifônica e dialógica, tecida a partir do encontro entre diferentes saberes, disciplinas e experiências de vida. Trata-se de uma metodologia construída na diversidade, na diferença, nos entrecruzamentos de práticas, crenças e origens. Não é, portanto, uma metodologia linear ou harmoniosa, mas marcada por tensões, escutas e negociações permanentes.

A metodologia do projeto *A Cor da Cultura* foi concebida como uma prática de formação em malungagem — uma caminhada coletiva — em que todas as pessoas envolvidas se constituíam como sujeitos de saber e transformação. Era uma metodologia comprometida com o “*aprenderensinaraprender*”, em que não se separavam ensino e aprendizagem, nem teoria e prática. Esse método se colocava, como dizia Azoilda, no fio da navalha entre duas certezas: a de que todos têm saberes e, ao mesmo tempo, a de que todos têm algo a aprender.

Fundada na diversidade e na escuta, a proposta formativa do projeto se alimentava de múltiplas linguagens: artes, oralidade, literatura, história, religiosidades e corporeidade. Imaginava-se um coletivo de sujeitos com diferentes origens, concepções, vivências e expectativas, encontrando-se para construir algo novo. A tensão fecunda gerada por essa diversidade não era evitada, mas assumida como parte constitutiva do processo formativo.

A metodologia era também radicalmente comprometida com a erradicação do racismo. Ela não se limitava a transmitir conteúdos sobre África ou cultura afro-brasileira, mas buscava interrogar o currículo, os livros didáticos, as relações étnico-raciais nas escolas, os silêncios e apagamentos históricos, as práticas docentes excludentes. Envolvia temas como cotas, quilombos, africanidades, religião de matriz africana, desigualdades, minorias, o papel da escola e do

conhecimento escolar.

Nos encontros com professores, Azoilda se destacava não apenas pelo domínio do conteúdo, mas pela forma como criava espaços de escuta e diálogo. Ela dizia que o racismo não se enfrentava apenas com dados e leis, mas com práticas transformadoras enraizadas na realidade das escolas. Falava da importância de reconhecer a criança negra, sua identidade, sua cultura, sua história — e de fazê-lo com respeito, beleza e profundidade. Ressaltava que a escola pública era o lugar por excelência dessa transformação e que os educadores precisavam ser sujeitos críticos, inventivos e engajados.

Seu memorial profissional é um documento fundamental para compreender sua trajetória e seu pensamento. Nele, Azoilda Trindade narra seu percurso desde os primeiros anos como professora na educação básica até suas experiências como formadora de docentes, pesquisadora e ativista do movimento negro. Ela enfatiza sua condição de eterna aprendiz e a importância da formação contínua, da escuta atenta e da sensibilidade pedagógica. Destaca também sua participação no movimento negro a partir de 1986 e como essa militância atravessou todas as dimensões de sua prática profissional.

Sua dissertação de mestrado em educação abordou o racismo no cotidiano escolar, revelando como práticas discriminatórias são reproduzidas de forma velada e persistente nas relações escolares. Posteriormente, ampliou a pesquisa ouvindo diretamente os alunos e alunas, buscando compreender como percebem e vivem o racismo na escola. Essa escuta das infâncias negras, tantas vezes silenciadas, era para ela um ponto de partida ético e político.

Azoilda não separava teoria e prática. Para ela, uma prática pedagógica comprometida com a justiça racial precisava estar embasada em pesquisa, em reflexão crítica e em ação coletiva. Sua pedagogia era marcada pela afetividade, pela escuta, pela valorização dos saberes populares e pela articulação entre universidade, movimentos sociais e escola. Como dizia em entrevistas, era preciso formar professores capazes de sentir,

intuir e criar, não apenas de repetir conteúdos.

Sua presença nos encontros formativos sempre nos impactava. Ela criava uma ambiência de confiança, onde era possível reconhecer nossas limitações, nossas dúvidas e também nossas potências. Ela fazia com que cada professora se sentisse parte de um movimento maior, de uma rede de construção de uma escola mais justa e mais bela. Acreditava profundamente na potência da educação pública e na força do professor como agente de mudança.

Seus textos, falas e práticas continuam a nos inspirar. Ela nos ensinou que implementar a Lei 10.639/03 é uma escolha política, uma atitude ética e um gesto de reparação histórica. É também uma afirmação da pluralidade cultural brasileira e um convite à reinvenção constante das práticas educativas.

Azoilda nos deixou cedo, mas seu legado permanece vivo nas escolas, nos projetos de formação, nas rodas de conversa, nos livros didáticos, nos materiais produzidos pelos próprios professores, nas lutas do movimento negro e nas políticas públicas de educação antirracista. Sua trajetória nos lembra que educar é um ato político, e que é possível, sim, construir uma escola onde todas as crianças possam se reconhecer, se afirmar e se orgulhar de sua história.

Ao lembrar de Azoilda, da Zô, lembro também das palavras que ela gostava de citar de Milton Nascimento: *“É preciso ter garra, é preciso ter gana, é preciso ter sonho sempre, quem traz no corpo essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida”*. Foi com essa fé e com essa marca que Azoilda caminhou — e é com ela que seguimos, comprometidos com uma educação antirracista, plural, afetiva e transformadora.

Hoje, ao rever aquela foto de 2006, vejo também a mim mesmo, ainda em formação, aprendendo com ela o sentido profundo de estar em roda: ninguém é mais importante, todos têm lugar, a palavra circula, o axé se move. Zô nos ensinou a fazer educação com axé, e é isso que continuamos tentando fazer, todos os dias.

## REFERÊNCIAS

SANTANA, Aderivaldo Ramos; GABARRA, Larissa Oliveira e. *Projeto A Cor da Cultura: uma experiência de implementação da Lei nº 10.639/03*. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 20–37, ago./dez. 2012.

TRINDADE, Azoilda Loretto. *Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil*.

# QUAIS ASPIRAÇÕES POSSÍVEIS PARA PENSAR FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

*Luciana Ribeiro*

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO e atualmente compõe a equipe do Projeto SETA como especialista em educação.

*Visibilidade, audibilidade das diferenças de gênero, cultura, cor, etnia, orientação sexual, deficiências; emergir das histórias submersas de educadores (as), de alunos (as), da nossa população, que nos diz da sujeição, mas também da insurreição, lutas, criatividade, busca de alternativas. Tudo isto nos aponta para construção e fortalecimento de certa prática docente, não alienada do nosso contexto sócio-histórico.*

Azoilda Loretto, 2014

Estimulada a pensar a formação docente (inicial e continuada) – entendendo que sob esta estão abrigadas questões que talvez não sejam aparentemente ligadas à vida e a trajetória escolar –, começo este texto afirmando o contrário. Metodologias de formação docente, produção de conhecimento e currículo estão imbricadas

com vidas e humanidades que se mostram “dentro e fora da comunidade escolar e que, portanto, a afeta e aponta o que deve ser ensinado, delinea outros conteúdos, indicando diferenciados aspectos de abordagem e de avaliação” (GOMES e OLIVEIRA, 2020, p.163).

Neste contexto, delinheio esta reflexão a partir da concepção de que metodologias de formação docente antirracista se nutrem do que nos ensina o símbolo do Sankofa<sup>1</sup> que, em algumas representações, apresenta um pássaro com duas cabeças: uma voltada para o presente e outra

---

<sup>1</sup> “Sankofa é um dos adinkra, conjunto de ideogramas que compõem a escrita dos povos Akan, da África Ocidental. Significa que nunca é tarde para voltar e recolher o que ficou para trás”, definição retirada da coleção Sankofa Matrizes africanas da cultura brasileira, organizado por Eliza Larkin Nascimento, 2008.

para o que já aconteceu, de modo que, ao olhar para o passado, ressignifica o presente e constrói o futuro. Com isso, parto da compreensão de que o campo da formação docente em Educação para as Relações Étnico-raciais deve ter base na historicidade, mas também na possibilidade de refletir sobre o que acontece no presente para que se construam estratégias de ação de projeção de um futuro em que a sala de aula “não seja um espaço de perpetuação da dominação - baseada em raça, classe, gênero, nacionalidade, orientação sexual, religião.” (hooks, 2021, p.26).

Para conduzir essa conversa recorri ao que está regulamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), e no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana (2013), que nos colocam diante de alguns aspectos relevantes. O primeiro é o de romper com a universalidade de um discurso hegemônico eurocêntrico aliado à colonialidade, cuja sustentação é o corpo racializado, “com base em um único valor civilizatório” (ROMÃO, 2005, p.12). O segundo é o de abrir oportunidade para uma circularidade de conversas reais com capacidade de pensar sobre si e sobre o mundo, deslocados das representações coloniais que desumanizam a população negra.

Este movimento dialógico leva os profissionais da educação a refletirem sobre como as relações interpessoais atravessam o campo educacional e estão estruturadas com referência nos valores africanos, afro-brasileiros e indígenas. No entanto, esses valores são frequentemente ignorados no cotidiano escolar e excluídos da ideologia que estrutura o sistema educacional. Certamente, o deslocamento da visão única e eurocentrada, base da colonialidade – que marginaliza populações negras, indígenas e quilombolas ao negá-las como produtoras de conhecimento cujas representações são alicerçadas sob estereótipos essencializadores, mas que estão historicamente localizadas e imbricadas de

forma interseccional na formação socio-histórica deste país – não se dará de forma individual. Trata-se de um desafio que envolve, de maneira profunda, a revisão do próprio sistema educacional brasileiro.

Há uma complexidade que está imbricada no modo de se pensar educação neste país e na forma como o sistema educacional está formado. As políticas educacionais, os modelos de escola cívico-militares, a desregulação da profissão docente, a responsabilização das escolas por controle de qualidade, as condições estruturais das escolas, a precarização do trabalho docente - em muitas regiões do país conta-se com um número muito maior de professoras e professores contratados do que concursados -, a ausência de uma gestão democrática, a reforma do ensino médio, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (2017), a cultura de uma educação conteudista e tecnicista, contribuem para a ausência e invisibilidade da implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no sistema educacional.

Estas questões se agravam ainda mais quando falamos do racismo religioso e do avanço da perspectiva das religiões evangélicas, que fazem valer suas ideologias até mesmo dentro das escolas, impedindo uma educação contextualizada do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Trago estas questões porque, a meu ver, são complexidades e paradigmas que se alimentam do racismo /colonialidade e juntos formam uma barreira quase inquebrável para que as leis e diretrizes que organizam a ERER no Brasil tenham avanços significativos a nível de sistema.

Neste sentido, Azoilda já nos alertava sobre a complexidade da escola brasileira, historicamente “atrelada aos interesses das classes dominantes, existindo como mais uma instituição que contribui para a perpetuação, para a sustentação destas classes” (TRINDADE, 2008, p.46). É certo que o mito da democracia racial contribuiu para a idealização deste projeto político de educação brasileiro que ainda reproduz “a pedagogia da dominação, da alienação, do

## II Seminário sobre Relações Raciais na Educação

(Fita 03 - dia 13/05/1995)

*Prof.ª Azoilda*

... aos 65 anos, aprendendo a ler e escrever. Quer dizer, um programa do governo e campanha de alfabetização, e aparecia um homem velho, negro, uma criança de 65 anos, porque aprendeu a ler e a escrever, porque se apropriou desse... da leitura escrita, da lei... e a leitura de mundo, e a vivência desse ser humano, onde é que tá? Totalmente jogada fora porque ele é uma criança de 65 anos. Que só tá deixando de ser criança na hora que ele a aprende a ler e a escrever. Então, assim: é nesse sentido que assim - eu não sou louca, eu sou professora, eu sou alfabetizadora, eu não sou louca de negar o valor da alfabetização como instrumento de luta. Eu não posso, agora, esse instrumento de luta não pode estar em oposição ao outro, no sentido assim de que você tem que se apropriar mas não se perder. Que é o nosso drama enquanto negro, sabe? Eu não quero ser como a Beatriz Nascimento, que foi assassinada porque marcou uma diferença, sabe? Podia muito bem estar viva, na academia, e ela optou por estar na rua, dialogando com as pessoas, com os bêbados, nos bares. E aí, o que aconteceu? Levou um tiro, vários tiros por quê? Pelo machismo, pelo racismo. Eu não quero ser como Lima Barreto, com toda a sua força - o que aconteceu com ele? O sistema - "você não é igual a mim, então você morre! Você não é igual a mim, então você tá excluído." Eu não posso aceitar isso. Eu quero ser diferente, ser do meu jeito - mas ser respeitado, ser aceito. Ter a vida, a minha força, a minha vida ali, e é isso por que a gente tem que lutar. Claro que existe, assim... por que? com todo o respeito, mas assim - que isso é uma inquietação: por que o fim de Lima Barreto, e por que o fim... por que daquele fim de Machado de Assis? Qual a diferença dos dois, tá? Por que, hoje em dia? Por que o caminhar de Abdias do Nascimento, que é o nosso companheiro, e o fim do... (tem gente com fome?) do Solano Trindade. Os dois eram contemporâneos, os dois são de força. São nossos companheiros, não é? o outro, o Solano, já não está aqui de corpo, então, assim, a gente tem... a nossa diferença tem que ser exposta, tem que estar aqui. A gente não tem que ter vergonha nem dizer: "se eu não sou como ele, eu não valho nada." Não pode! É isso que eu tou brigando. É por isso que eu quero. Pra marcar isso. Você tem que resgatar. Ser cidadão... o ser cidadão (alguém pediu pra relacionar - cidadania com racismo), então, ser cidadão é um processo... Essa exclusão não pode ser comportada porque nesse projeto de sociedade, nessa cidade, nesse processo de cidadania o que existe é a feroz exclusão. Exclusão de quem? De quem foge ao padrão. De quem é visto como cidadão, de quem construiu a categoria cidadão. Quem construiu essa categoria? Cidadão, historicamente falando - se têm historiadores aqui que me corrijam se eu estou... tem que ter cara, ter cor, ter cultura, nacionalidade - em que vir definida. Então, quem não entrou nesse projeto de cidadão, até hoje tá de fora, ao nível de cultura. Eu não quero ser como eles, meu Deus do céu, a minha luta. Eu não quero ser como eles. Eu não quero ser como eles. Eu

quero marcar a minha diferença e ser respeitada do jeito que eu sou. Mesmo que o meu jeito de ser não seja o que dá "IBOPE", que dá a mídia ou que seja socialmente visto como o belo, o politicamente correto, o modo de ser. Então, isso é uma inquietação. Até porque quando a gente vai... No outro dia eu fiquei muito sofredora porque assim, Billie Holliday aquele... morre, é morta, é suicidada, não é? é suicidada, não se suicidou, então você vai pegando nossa história, nossos mitos, nossos ídolos, nossos contemporâneos - e vê o que acontece com todo negro que se destaca na história? Qual o fim de todo negro e toda a negra que se destaca na história? Pega e faz uma... essa trajetória pra gente ver como é que acontece isso? Então, a gente tem que estar sensível nesse ser-como, sabe? A dor que deve ter sentido o Lima... Eu fico assim pensando, eu sou apaixonada por ele, não é? então, assim: gente! Como é isso? É o que a gente sente. Eu acho que cada um de nós que adquiriu a consciência, deve sentir, não é? Você pega um táxi, o motorista não quer pegar a sua bagagem pra botar no fundo da mala, você tem que pedir. Hoje a gente viveu isso, não é? ter que pedir... Você... você pede o espaço e aí a pessoa te trata assim: "Ah, ah, ah!" sabe? com certo desrespeito, sabe? é à toda a hora, e que então como é que a gente vai se fazer respeitar, não porque eu tou com a roupa bonita, porque eu sou doutora, porque eu ando muito bem arrumada mas porque eu sou um ser humano? E só isso já diz que eu mereço respeito? Então, é esse o meu desafio, é esse o meu "calcanhar de Aquiles". (Hi, meu Deus do céu! Só podia a Azoilda, mesmo...) Enfim, não sei se eu fugi muito mas é o que eu queria dizer. A emoção que foi quem me direcionou... (palmas)

*Coordenadora*

Gente, eu gostaria de agradecer a presença de todos, e a gente vai fazer um pequeno intervalo pro pessoal respirar um pouquinho, de cinco minutos, tá?

(intervalo)

*Profª Azoilda*

... nós vamos fazer outro seminário, só que vai ser em novembro ou dezembro e aí todo mundo que tá aqui vai se encarregar de ampli... ser multiplicador, trazer mais gente. Trazer mais gente... Trazer mais gente... Então, a gente já tá divulgando desde agora, até novembro não é possível, não é? que não chegue mais gente. Bom, nós vamos agora abrir o painel: "Diversidade étnica e educação para todos".

Pra compor essa mesa nós vamos chamar a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, ela é Profª da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo. Então, nós convidamos a Profª pra compor a mesa... (pausa)

(Eu já limpei aqui agora — Ah! caiu um paninho, não é? Tem pano aqui, ó! mas eu limpei, daqui pra lá tá sujo, daqui pra cá tá limpo...)

Bom, agora nós vamos chamar a Profª Regina Pain, pesquisadora, Profª da Fundação Carlos Chagas, São Paulo... Tudo bom? Bom-dia...

autoritarismo, do controle, do aprisionamento do sujeito a competências definidas pelo desejo do outro.” (TRINDADE, 2008, p.50). Para a autora, a reprodução da pedagogia do controle na vida educacional dos jovens e crianças negras, por conta do racismo, concretiza-se na escola, por meio de práticas como controle do espaço (quem se senta na frente), controle da fala (falar “certo”) e controle do corpo (uniformização de condutas, modos de andar, de se vestir, de sentar-se), que vão desembocando em outras práticas racistas violentas no cotidiano escolar, impactando de forma inversa a trajetória escolar da população negra.

De modo a construirmos recursos para enfrentarmos estas complexidades mencionadas acima, Azoilda refletia, de forma didática e de uma maneira simples e eficaz, o enfrentamento desse sistema por meio do ensino – “a escola é a instituição, e o ensino é a prática que, predominantemente, vai se dar nesta instituição” (IDEM, p. 47). Ou seja, se o modelo educacional sustenta práticas de ensino que reproduzem valores eurocêntricos e colonialistas, institucionalizando a escola a partir de uma suposta universalização que descon sidera a realidade plural e

diversa do Brasil, é fundamental que exista uma prática de ensino que confronte esse sistema. E essa prática deve estar presente, desde a base, na própria formação docente. É importante ressaltar que, apesar dessas complexidades, a defesa da

escola pública permanece como um compromisso fundamental, mas reivindicamos uma escola pública que não forme para servir e obedecer. É na resistência dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro, que se encontram

recursos necessários para enfrentar os paradigmas e paradoxos profundamente enraizados nos valores que sustentam a educação, “sem que haja resistência às finalidades originais da escola, elas se cumprem” (FREITAS, 2004, p.19).

Deste modo, devolvemos uma provocação: quais utopias possíveis ainda precisamos construir na formação docente para avançarmos na efetivação dos marcos legais que sustentam a EREER no Brasil? Uma educação contextualizada e antirracista se constrói a partir de estruturas que compreendem que o projeto educacional precisa estar vocacionado para a valorização da vida e não pautado no universalismo, no controle, na desumanização de pessoas negras, indígenas e quilombolas. Atualmente, diversas pedagogias vêm sendo elaboradas e praticadas nas redes de ensino por docentes e gestores/as antirracistas que se recusam a tratar a EREER de forma isolada, pontual ou vinculada ape-

nas a datas simbólicas, como o 20 de novembro – prática conhecida como “pedagogia do evento”. Podemos citar algumas dessas proposições: “pedagogia do afeto”, “pedagogia das encruzilhadas”, “pretagogia”, “pedagogia afrocentrada”,

Uma educação  
contextualizada  
e antirracista se  
constrói a partir  
de estruturas que  
compreendem que o  
projeto educacional  
precisa estar  
vocacionado para  
a valorização da  
vida e não pautado  
no universalismo,  
no controle, na  
desumanização  
de pessoas  
negras, indígenas  
e quilombolas.

*Prof.ª Regina*

Sento onde?

*Prof.ª Azoilda*

Onde você preferir... E vamos também convidar a Prof.ª Olívia Maria Gomes que é nossa convidada também, é Prof.ª pesquisadora do IFIX(?), na UFRJ, Doutoranda em antropologia pelo Museu Nacional...

Bom, esclarecendo, teve algum problema na retirada da passagem da Prof.ª Maria Luísa Tutti, e acredito que ela, ou não chegou ou não vem, ou está vindo. Não sabemos, e o Prof. José Flávio, também teve um outro compromisso no Ceará, e teve que viajar e não teve tempo hábil de indicar outra pessoa.

Bom, agora nós vamos dar início a esse painel... (pausa) a Prof.ª Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva com a palavra...

*Prof.ª Petronilha*

Bem, bom-dia. É um prazer ter podido atender ao convite, não é? que o Sindicato dos Educadores do Rio de Janeiro formulou, e é um prazer estar aqui, e também ter a paciência de vocês, não é? dado a hora do almoço, sempre tem uns que persistiram e ficaram pra conversar e discutir com a gente. Eu agradeço então o convite e começaria dizendo que acho que a gente tá vivendo um momento interessante em relação... interessante e importante em relação à diversidade étnica em educação porque, eu diria que os professores estão inquietos quanto à esta questão. Estão buscando discutir. Só este mês, de que eu tenha notícia, estão ocorrendo, ou ocorreram, não é? vão ocorrer, é melhor assim - quatro encontros de que eu tenha notícia, com esse objetivo, não é? Tendo esse objetivo o núcleo das discussões, este objetivo central. Ocorreu um promovido pela Faculdade de Educação da Universidade de Minas Gerais, na semana passada, esta semana, este Encontro promovido pelo Sindicato, na semana que vem, numa faculdade isolada do interior do Rio Grande do Sul, juntamente com o grupo do movimento negro estarão promovendo um outro, e Curitiba também, o Sindicato dos Educadores, na semana seguinte estarão promovendo discussões semelhantes e envolvendo professores de diferentes etnias, e essas diferentes questões. Nós também em São Carlos estaremos com um grupo, num encontro no início de junho, não é um grupo tão estendido quando esses outros encontros estão prevendo mas com discussões desse ponto de vista. Em todos eles, além de terem como núcleo a diversidade étnica e a questão da educação do povo brasileiro, eles também estão trazendo à discussão e tentando pôr em contato mais direto e aberto os grupos de movimentos sociais e a produção acadêmica, tá? Então, no caso específico meu, da minha participação, tem se dado no caso da participação do movimento negro e da produção acadêmica.

Eu acredito, quer dizer, isto é um sinal muito bom mas eu... E isto é um sinal também que já não basta denunciar, não é? que é preciso dismantelar o racismo e todas as atitudes e ações discriminatórias que estão na sociedade. E acredito que os professores estão inquietos no sentido de buscar as formas de proceder a esse dismantelamento. O encontro que vocês tiveram no ano pas-

sado, não é? e a própria mesa anterior buscava por em discussão o que se tem feito, não é? O que tem acontecido? A... o movimento negro e a produção acadêmica relativamente aos problemas raciais sofridos, especialmente pela população descendente de africanos, têm mostrado que o professor, independentemente é lógico da sua etnia, o professor tem um papel fundamental no combate ao racismo. Mas como é que os professores se sentem, não é? na medida do que a gente tem conseguido conversar, pesquisar e trabalhar juntos? Relativamente à questão negra, os professores se sentem sem saber como lidar com a criança negra. Eles se sentem sem saber como lidar com as discriminações que a criança sofre. Estou falando no professor, em geral. Não estou falando também no professor de origem africana que é um tanto diferente. - sem conhecimentos da cultura negra - não só da cultura negra, da cultura índia, inclusive, não é? Sem conhecimento além do que dizem os livros didáticos, e tendo em vista os salários, os baixos salários dos professores, cada vez mais com dificuldade de poder adquirir o nosso material... um dos nossos materiais essenciais de trabalho que são os livros e os periódicos, não é? cada vez mais difícil, e pautando o seu preconceito, o seu preconceito, o seu comportamento, não é? enquanto professores, em preconceitos e em desinformação. É assim que os professores têm se sentido, tá? Ah... então, nessas condições, como se dá esse encontro entre professor e alunos, no processo ensino-aprendizagem? Ora, os professores e os alunos vêm informados de que nós vivemos numa sociedade que se quer de descendentes de europeus, não é? que é considerado humano, quem tiver a pele branca, for homem, cristão, e rico, não é? Agora, imaginem como ficam, os descendentes de africanos que têm a pele negra, na sua maioria, não é cristão, na sua maioria, infelizmente, têm pouco tempo de escola, não é? e não é rico, não é? e estão numa situação de extrema pobreza. Até nós comentávamos, a Regina e eu, enquanto ouvíamos a mesa anterior de que enquanto foi dito na mesa anterior, 20% da população no mundo, vivem em extrema pobreza, nós dizíamos eu acho que no Brasil, é exatamente o contrário, 80% da população vive em estado de extrema pobreza, e boa parte deste grupo é de origem africana. Então, como fica essa criança? quer dizer, o professor também vem informado de que humano é o que eu descrevi anteriormente que não corresponde, exatamente, até ao próprio aspecto físico da criança, e quando eu me refiro ao aspecto físico, se pra ser humano é preciso ter a pele branca, eu tenho a pele negra, como fica, não é? Como é que fica o meu sentimento, como fica o meu apareço... Eu acho que a mesa anterior, diversas vezes isso foi colocado, a questão de como é que eu apareço, não é? eu apareço é com o meu corpo, e o meu corpo, é lógico que não é unicamente o meu corpo físico, não é? É o meu jeito de pensar, é o meu jeito de sentir, é o meu jeito de conhecer. Como isso se dá quando um professor na melhor das intenções, mas informado por essa imagem do que seja humano, se refere a uma criança negra, mostrando que gosta dela e diz: "Para mim tu não és negra..." tá? Ou então, o professor que dizia (eu não estou imaginando coisas, são frases realmente ditas, não é?) Quando o professor chega e diz: "Eu gosto muito de ti porque tu és um negrinho limpinho. Tu até és inteligente..." E o professor está querendo agradar a criança. Tá querendo demonstrar que gosta dela. Mas pra mostrar que gosta dela, diz assim: "Olha, eu gosto de ti porque tu não és aquilo que tu és..." Vocês já viram que coisa complicada, não é? Como é que deve ser? Alguém gosta de mim porque eu sou o que eu não sou. Então, como é que é isso? Então eu vou negar o que eu sou pra que a professora continue gostando de mim? Ou eu pra ser amado eu tenho que não ser aquilo que eu sou? Aquilo que é a minha tradição étnica? Aquilo que a minha fa-

“pedagogia decolonial”, entre outras. Todas essas abordagens oferecem régua e compasso para a construção de práticas pedagógicas que fortalecem uma educação antirracista, centrada na valorização dos territórios, na superação das desigualdades de gênero, no diálogo intercultural, no reconhecimento dos valores civilizatórios afro-brasileiros e na valorização da vida, princípios centrais nos estudos de Azoilda.

No entanto, uma pergunta ainda persiste: o que, de fato, desejam saber os profissionais da educação quando o assunto é o debate sobre as relações raciais? Essa indagação se torna ainda mais pertinente se considerarmos que há mais de duas décadas reivindicamos um outro projeto político de educação, pautado na história e cultura africana, afrobrasileira e indígena. Nesse percurso, inúmeras ações têm sido realizadas: formação docente, produção de materiais didáticos, elaboração de planos de aula, produção intelectual precursora que vêm consolidando um campo de conhecimento profundamente comprometido com a equidade racial. Para Azoilda (2008), o objetivo dos/as professores/as deve estar engajado com uma luta cultural e libertadora, extrapolando os contornos de uma escola limitadora, “porque o ato pedagógico não é monopólio do (a) professor/a e sim da Vida, que por si só é pedagógica” (p.56).

Azoilda, esta intelectual e ativista que contribuiu pedagogicamente na construção de um projeto educacional deslocando do eixo da colonialidade, a história do negro e de seu protagonismo civilizatório, já anunciava o caminho. Olhar para esta construção é *sankofiar*.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da educação. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/SECADI/SEPP/IR/INEP: 2004
- BRASIL, Ministério da educação. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.
- DA COSTA GOMES, A. C.; RIBEIRO de OLIVEIRA, L. Currículo negro, Asê e Sankofa: perspectivas, cotidianos e valores afro-civilizatórios. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 12, n. 32, p. 161-187, maio 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/.../revistaabpn1/article/view/889>>. Acesso em: 20 de junho 2025.
- FREITAS, L. C. de. Ciclo ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. Caxambu: ANPED, 2004.
- hooks, bell. Ensinando a comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo:Elefante, 2021.
- ROMÃO, J. (Org.) História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: 2005.
- TRINDADE, A. L. da. Olhando com o coração e sentindo com o corpo inteiro no cotidiano escolas. In: SANTOS, R. dos; TRINDADE, A. L. da (org). Multiculturalismo mil e uma faces da escola. Petropolis:Rj, 2014. p. 7-19.
- TRINDADE, A. L. da. Racismo no cotidiano escolar. In: BARROS, J.F. P. de; OLIVEIRA, L.F. de; CANEN, A. [et al.]. Todas as cores na educação: contribuições para uma reeducação das relações étnico-raciais no ensino básico. Rio de Janeiro: Quartet:FAPERJ, 2008. p. 37-58.

mília é? Você então veja bem em que situação estamos nós, professores, nessa luta de combater o racismo. Bom, é claro que a Constituição garante que todos nós somos iguais, não é? A discussão que vem desde 1990, a partir do Encontro Internacional sobre Educação para Todos, e se estabelece o sentido de que todos têm iguais direitos à educação, e iguais direitos em termos de condições para permanecer na escola, e ter essa educação, não é? Então não é uma discussão recente. Essa discussão da educação para todos, de âmbito educacional vem se dando, inclusive no nosso país em função do Plano Decenal, então... no entanto neste ambiente, aconteceu em São Carlos há duas semanas, de uma criança de três anos ter sido matriculada numa escola; portanto, na pré-escola, na escola de educação infantil, não é? e tchau a semana lá, preparatória, e não sei mais o quê, ficou uma vinte dias na escola e a família das outras crianças, segundo a diretora teriam dito que se aquela criança permanecesse na escola por ser uma criança negra, ela teria... eles tirariam os seus filhos. E a diretora, então, não aceitou e diante de testemunhas disse, não é? que não podia aceitar a menina porque se tratava de uma menina negra. Que educação para todos é essa, não é? que famílias pressionam e uma diretora se sente autorizada diante da pressão e com a justificativa: "Eu tenho uma escola, eu vivo disso, isso aqui é um negócio e o meu negócio se tiver uma criança negra presente não vai ser rentável", quer dizer... Parece uma história que não existe e está em pé de guerra a cidade em função disso. Inclusive eu trouxe algumas folhas de um abaixo-assinado pra passar entre vocês. Então, essa é uma situação insuperável, não é? É uma situação que não dá pra suportar, os professores estão sensíveis mas estão desinformados e às vezes estão insensibilizados pra questão. Parece que então o momento mais do que importante é o de intervir na formação dos professores. E de intervir, não unicamente na formação básica que dão nas escolas e nas faculdades e nos institutos de educação, mas também na formação continuada que, como no caso do presente sindicato, está preocupado, não é? porque eu entendo que esses dias de trabalho aqui de vocês, sejam dias de formação, não é? e... então, preocupados com a formação. E nessa formação, que preocupação a gente tem que ter? Como resolver essa situação? Como combater e eliminar com o racismo e com toda e qualquer discriminação? Isso vai exigir uma estratégia, uma pedagogia que vocês mesmos denominaram no folder de divulgação - uma pedagogia anti-racista, não é? E o que é isso, uma pedagogia anti-racista. Ora, o racismo, não é? é um ideologia do déficit cultural. Da falta cultural. Da compreensão da incapacidade de um grupo. É importante que os professores acreditem, realmente, que todos e quaisquer dos seus alunos sejam capazes de aprender, independentemente da cor da pele que eles tenham, da condição econômica que eles têm, ou o gênero ao qual eles pertencem, não é? É este sentimento de que alguns são mais, culturalmente mais beneficiados do que outros, intelectualmente mais beneficiados do que outros, abrange a área, à todas as áreas da vida de todos os seres humanos sejam eles de origem africana, ou não. Reconhecem eles a sua origem africana, ou não.

Eu gostaria antes de conversar sobre algumas propostas, não é? que encaminharam uma pedagogia anti-racista, eu gostaria de referir uma frase que o historiador José Goretti disse em São Carlos, também há duas semanas, num seminário, ele dizia assim, ele concluiu a sua fala dizendo: "culturalmente, aqui no Brasil somos todos afro-brasileiros..." Quer dizer, uma afirmação bastante importante, embora também muito ambígua. Ao dizer: "culturalmente somos todos afro-brasileiros"

ele está, de um lado - ele está, claramente, reconhecendo a marcante e inegável contribuição da cultura africana na cultura brasileira. No modo de ser do brasileiro. E no modo de viver do brasileiro, independentemente da sua origem étnica ou das suas origens étnicas. Por outro lado, essa frase também pode ser interpretada, se somos todos afro-brasileiros por que esta bobagem de ficar discutindo questão de cultura africana? Se a cultura está de tal forma misturada na cultura brasileira que hoje é impossível saber o que é o que - o que é de origem africana, o que não é, ou que tem outras origens, índias, europeias ou orientais - que não vale a pena ficar discutindo esta questão. E não deu a segunda interpretação. Ele estava dando a primeira, só que a frase, sobretudo dita isoladamente, fora do contexto da discussão em que estava, pode gerar essa interpretação.

Bem, eu gostaria de referir, duas propostas americanas... Eu vou passar rapidamente pelas... pra gente ter mais chance depois de debater, de discutir, de ouvir o que vocês estão pensando, que estão fazendo. Uma delas é do multiculturalismo, e eu vou focar apenas na proposta americana, existe também uma europeia, que objetiva a igualdade, não é? entre os grupos étnicos, por intermédio de relações interculturais, quer dizer, então, na escola, deveremos igualmente tratar de dados das culturas dos diferentes grupos étnicos presentes na sociedade. E existe outra proposta, a do afro-centrismo, que ela objetiva a justiça e o desmontelamento do racismo, lá? Não é que o multiculturalismo também não preveja, é que as estratégias vão ser diferentes, e se o objetivo igualdade, na organização que nós temos hoje que parece que embora haja igualdade, parece que alguns têm mais direito a ser igual do que outros, o afro-centrismo objetiva a justiça. E o afro-centrismo se organiza a partir do ponto de vista africano. Então, para promover esta justiça, ele diz que é preciso que transformamos as relações sociais, não é? as relações sociais dos diferentes grupos étnicos, mas a partir do ponto de vista africano. E o afro-centrismo também não pensa: "este é o único ponto de vista possível", não é isso... Ele diz olha, as "chicanas" terão também que trabalhar, a partir do ponto de vista "chicano" e de outra forma, dentro das escolas não tem que ter unicamente informações a respeito das diferentes culturas, mas essas informações têm que vir a partir do ponto de vista dessas culturas. Se eu vou trazer a cultura mexicana, tem que ser a partir do ponto de vista dos mexicanos, e não de uma leitura americana sobre o que seja ser mexicano. Se eu vou trazer a... diáspora, informações sobre a cultura de origem africana, tem que ser a partir do ponto de vista dos africanos, e não da leitura de alguém que não seja, ou que não se veja descendente de africano - vocês não entendem? É esse ponto de vista do afro-centrismo. Estou tratando o afro-centrismo por ser o objeto da minha fala, a questão do racismo contra a população negra. Tanto uma proposta como a outra, envolve a comunidade. A presença e a participação da comunidade. Bom, então, o afro-centrismo prevê o quê? A volta à África, aos símbolos tipicamente africanos... Evidente que quando eu digo: "a volta à África..." eu não estou dizendo que vamos voltar à África e negar a nossa construção, no nosso caso brasileiro, como afro-brasileiros: os americanos como afro-americanos, quer dizer, descendentes de africanos. Existe uma proposta colombiana que é chamada etno-educação. E isso... é uma proposta inclusive apoiada pelo Ministério da Educação pra populações afro-colombianas. É essa proposta de etno-educação para as populações afro-colombianas, não existe unicamente pra populações afro-colombianas mas eu trarei delas aqui - ela entende que, por exemplo, se vou trabalhar com a população do Palenque que é uma população, essa... a educação... a etno-

# IMAGENS DE INSURGÊNCIA: A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA EDUCAÇÃO MIDIÁTICA DE AZOILDA E NAS PRODUÇÕES DE 'A COR DA CULTURA'

*Agnes Sofia Guimarães*

Jornalista, Mestra em Comunicação pela UNESP e doutoranda em Linguística Aplicada pela Unicamp. É coordenadora de comunicação do AFRO-Cebrap

Ao receber o convite para conversar sobre Azoilda, encarei como uma oportunidade para revisitar uma experiência de formação que eu tive há dez anos, quando ao pensar na produção sobre o meu trabalho de conclusão de curso em Jornalismo, na UNESP, escutei a sugestão do professor Juarez Xavier e fui conversar com Patrícia Alves, sua esposa, mulher negra, pedagoga e candomblecista.

Até então, eu só tinha uma premissa do que eu queria com o meu trabalho: acompanhar a experiência de mulheres negras como guardiãs, *griots* e praticantes da cultura afro-brasileira no interior de São Paulo, marcado por uma branquitude conservadora, cristã e racista.

Eu faria o TCC em um formato que muitos

chamam de jornalismo gonzo: em que você vivencia a experiência diretamente, e não a relata somente como testemunha. Mas é uma expressão que surgiu lá dos anos 1970, em artigo escrito por Hunter S. Thompson, a partir de uma toada de experiências brancas, masculinas e erráticas tão celebrada pela História do Jornalismo.

Já no mestrado, meses após defender o TCC, eu encontrei a definição de bell hooks de autorrecuperação, que ainda que não me contemple totalmente, combina muito mais com o que eu queria quando fui visitar Patrícia: uma experiência que refletisse também a minha tomada de consciência como jornalista negra.

Eu já fui para a universidade tomada pela consciência do racismo, e com um pouco de

conhecimento sobre antirracismo e a luta pelas políticas afirmativas, mas buscava encontrar espaços de debate e de formação que organizassem um acúmulo de percepções que vieram das experiências cotidianas. Mas, em uma sala de maioria feminina, eu era uma das poucas estudantes negras da minha turma (entrei antes da implementação das cotas na UNESP, que ocorreu no meu terceiro ano, em 2014). O processo para compreender qual era o impacto da minha existência, enquanto estudante negra, no meu processo de formação intelectual como acadêmica, aprendi com a dor, por meio do racismo institucional, do racismo recreativo, principalmente porque eu era uma jovem mulher negra em processo de transição capilar e que passava o dia na biblioteca, com aquela ideia que eu já tinha visto em algum lugar: precisamos fazer duas vezes mais.

Não demorei a compreender que estava diante de uma pequena réplica do que eu vivia nas redações caso um dia eu chegasse a atuar nelas, e chegou um momento em que busquei radicalizar minha experiência como uma forma de me fortalecer diante do que eu estaria prestes a encarar, no mercado de trabalho, ao ter o diploma em mãos.

Portanto, cheguei ao TCC ansiosa em documentar a dor, a partir de um processo que também me formasse enquanto jornalista comprometida com o antirracismo. Bauru, cidade em que me formei jornalista, me apresentava uma segregação racial que chegava a ser dolorosa: eu ocupava espaços embranquecidos e que me sujeitavam diariamente ao racismo, só que, longe da UNESP, eu encontrava outro mundo: no centro da cidade, onde eu morei durante boa parte daqueles anos, eu conheci o hip hop, as trancistas, os imigrantes angolanos. O salão de beleza em que eu podia conversar sobre R&B. Era um mundo que o campus só começou a querer olhar quando eu já estava de saída, e a partir de tensionamentos que eu e outros estudantes causamos quando começamos a construir o primeiro coletivo negro do campus, depois, um grupo de veteranos lançou aquele que hoje é o famoso Portal Alma Preta.

hooks (2019) comenta que, na autorrecuperação, é preciso nomear os processos no campo da linguagem que mais do que representar, orientam dinâmicas de poder e de luta. A perspectiva de hooks, inclusive, vai ao encontro do que Hall chama a atenção ao trazer a representação mais do que um simulacro que compartilha valores já atribuídos, também engendra o racismo de forma ativa, a partir de significados que não só perpetuam, mas estabelecem outras relações de ódio, medo e poder na branquitude.

São ideias que ganham forma quando visito Patrícia. Mas, diferentemente daquela perspectiva dolorosa e totalmente atrelada à denúncia e à luta, a educadora me apresentou uma experiência diferente e que, eu descobriria, também marcou a História da Educação.

Patrícia situou sua experiência com a educação antirracista a partir de uma vivência anterior às salas de aula: seu trabalho como militante, que possibilitou que testemunhasse diversas conversas que culminariam na construção da lei 10639/03, que determina o ensino obrigatório de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

De repente, Patrícia interrompe as memórias daquelas reuniões e sai da sala, retornando com um conjunto de livros e DVDs coloridos, que ela me explicou que fazem parte do projeto A Cor da Cultura, iniciativa que surge em 2004, logo no início da implementação da lei, e que se iniciaria já a partir de uma série composta por conteúdos audiovisuais, materiais didáticos, formação de educadores em 170 municípios e 18 estados brasileiros<sup>1</sup>.

---

1 Para saber mais: Fundação Roberto Marinho. A cor da Cultura. Disponível em: <https://futura.frm.org.br/projeto/cor-da-cultura>. Acesso em 01.07.2025

## Valores civilizatórios, segundo as Yabás

Patricia me emprestou os livros por várias semanas, já que eles apresentavam fundamentos que, segundo ela, me ajudariam a organizar o roteiro da minha série de curtas. E ela estava certa: o caderno 04, intitulado Modos de Fazer, traz uma imagem linda que descreve os valores civilizatórios afro-brasileiros, que ancoram a proposta pedagógica de A Cor da Cultura: circularidade, religiosidade, corporeidade, musicalidade, memória, ancestralidade, cooperativismo, oralidade, energia vital e ludicidade.

A partir deste círculo, organizei cinco episódios, que carregavam sempre um par desses valores, e a partir do qual eu fui encontrando as mulheres entrevistadas pela série que intitulei de Yabás (sugestão da própria Patrícia). Todas as yabás que entrevistei relatam casos em que precisaram da religião ou de outros elementos da cultura afro-brasileira para que pudessem aceitar a própria negritude. Eu fiquei muito marcada pelo encontro com Alessandra Ribeiro, historiadora que, a partir de uma situação de racismo, passou a refletir sobre sua condição de mulher negra na sociedade: “Eu não cresci com a consciência sobre o que era ser negro (...) Sempre fomos negros do quartinho. Era lá que praticávamos nossa verdadeira religião, sendo que na sala-de-estar, éramos católicos, porque era assim que deveríamos ser aceitos”, ela me conta em nossa entrevista.

Ao se envolver com a cultura afro-brasileira, Alessandra descobriu o jongo e a figura do avô que não chegou a conhecer: Dito Ribeiro, seu avô e artista popular, que compunha canções de jongo e era praticante dessa manifestação conhecida por ser uma das origens do samba.

Dessa forma, ao formar a comunidade Dito Ribeiro, Alessandra devolveu a negritude à sua família. Mas o que mais chamou a minha atenção foi perceber que, a partir da memória, ela subverteu o presente dos que estavam ao seu redor e inclusive o próprio passado. Afinal, se a comunidade leva o nome do seu avô, a memória dele

contribuiu para a sua reafirmação como mulher negra a tal ponto que, hoje, sua liderança traz um olhar matriarcal. Ao mesmo tempo, foi quando ela pôde pensar como outra figura foi fundamental para a história da sua família: sua bisavó que, negra liberta a partir da Lei do Ventre Livre, esforçou-se para criar uma família alfabetizada antes mesmo do fim da escravidão em Campinas, que teria sido a última cidade do país a conceder a alforria (algo que teria ocorrido apenas na década de 1920, apesar de diversas divergências sobre o assunto).

O mesmo aconteceu com Raquel Trindade: filha do poeta Solano Trindade, a pernambucana liderou, por mais de quarenta anos, o Teatro que leva o nome do seu pai. Lá ocorrem atividades de todos os tipos, desde oficinas culturais até aulas de maracatu, dança que a consagrou quando mais nova. Ao conversar com ela, a Kambinda de Embu, como é conhecida, me mostrou medalhas e homenagens ao pai que recebe até hoje, mais de quarenta anos após a morte dele. No entanto, ao contar sua história, estava presente, sempre, a figura de sua mãe, que embora evangélica, era grande entusiasta de danças populares e de matrizes africanas. Além disso, não é necessário passar muitos minutos no Teatro e perceber como tudo girava em torno de Raquel, matriarca e rainha no maracatu e no núcleo da comunidade cultural e afetiva ao seu redor. A partir da memória do pai, ela enfatiza a ancestralidade de sua mãe, e empodera a força feminina ao liderar um dos centros culturais mais importantes do país. Nossa *griot* faleceu em 2018, e só acreditar no presente que foi ouvi-la, e nessa representação de velhice negra feminina que era protagonista e ativa, em fotos que eu fiz que são raras nas representações em filmes e novelas com personagens na mesma faixa etária.

Apesar da série ter sido um trabalho de conclusão de curso, a circularidade da iniciativa me leva de volta à temática em 2023, quando viajei para Florianópolis, a convite do Portal Catarinas, com a missão de documentar a trajetória de cinco mulheres que, por meio da cultura, propagam valores civilizatórios afro brasileiros em

uma cidade do estado que, no Censo 2010, era o que concentrava o maior percentual de pessoas brancas do país<sup>2</sup>.

São trabalhos que me formaram enquanto jornalista negra, já que por eles eu também tive acesso a imagens de representação de mulheres negras em lugares de alegria e afeto. De repente, um manifesto de dor e denúncia tornou-se um registro de celebração do protagonismo de mulheres negras que também podemos observar na proposta do projeto A Cor da Cultura, resgatada pelo acervo: uma iniciativa de antirracismo em que as imagens coloridas, positivas e afetuosas de pessoas negras assumem um lugar central para uma nova proposta pedagógica que trouxe a importância dos materiais didáticos na construção do imaginário escolar.

## Do controle à emancipação

Azoilda trouxe ao projeto algo que não encontrava na mídia brasileira: em sua tese de doutorado, a pesquisadora dedicou-se a investigar os estereótipos sobre o corpo das mulheres negras, em que identificou padrões do que atribuiu a um eurocentrismo que exacerba a sexualidade do corpo, e a subalternizar por meio do reforço às representações de empregadas domésticas negras. Décadas após sua tese de doutorado e quase um ano após sua morte, o artigo de opinião, assinado por Djamila Ribeiro e Stephanie Ribeiro em 2016, questiona a figura nua e sexualizada da Globeleza, sempre uma mulher negra retinta, que ganha visibilidade no Carnaval a partir do sexo, enquanto é negligenciada em outras formas de representação. O artigo reacendeu um debate que provocou mudanças na famosa personagem do Carnaval da Rede Globo<sup>3</sup>. É um debate que dialoga diretamente com as imagens de controle de Collins (2019), e as representações, sobre o lugar

da mãe preta (a empregada que cuida da família, mas não faz parte dela), apontadas por González (1984), que convergem a pensar em como os processos de estereotipação da mulher negra são mecanismos de desumanização e subalternidade.

Dessa forma, A Cor da Cultura nos leva a pensar em uma nova proposta de imagens negras e femininas: insurgentes e emancipatórias. E que precisam circular já na educação básica, em um passo que foi pioneiro dos debates sobre a importância da educação midiática nas escolas, que floresceu a partir da nova BNCC de 2017 (dois anos após a morte de Azoilda).

## REFERÊNCIAS

COLLINS, P. Mammies, matriarcas e outras imagens de controle. In: Collins, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. ISBN 978-85-7559-707-1. Título original: *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista. Ciências Sociais Hoje*, 1984, p.223-244

Portal Catarinas. Série Aquilombar. Disponível em: <https://catarinas.info/tag/aquilombar/>

RIBEIRO, D. , RIBEIRO, S. A Mulata Globeleza: Um Manifesto. Disponível em: <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/01/29/a-mulata-globeleza-um-manifesto/>

TRINDADE, A. A Formação da Imagem da Mulher Negra na Mídia. UFRJ/ECO,2005. Tese de Doutorado. Disponível em: [https://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses\\_dissertacoes\\_interna.php?tease=12](https://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=12)

2 Portal Catarinas. Série Aquilombar. Disponível em: <https://catarinas.info/tag/aquilombar/>

3 RIBEIRO, D., RIBEIRO, S. A mulata Globeleza: um manifesto. <https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2016/01/29/a-mulata-globeleza-um-manifesto/>

# **“NÃO SE TRATA DE MANTER PRIVILÉGIO, SE TRATA DA GENTE JUNTOS CONSTRUIR O QUE É COMUM. ISSO É EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS”.**

Entrevista com Petronilha Gonçalves da Silva

*Daniela Vieira*

Doutora em Sociologia pelo IFCH Unicamp e co-coordenadora da linha de pesquisa Hip Hop em Trânsito (Unicamp). É analista de articulação do projeto SETA.

*Maria Corrêa*

Pedagoga pela UERJ, especialista em ERER e atua na gestão e na formação de professores em projetos de educação antirracista no terceiro setor. É analista de articulação do Projeto SETA.

Entrevista online realizada em 26/06/2025. A professora Petronilha (29/06/1942) tem licenciatura em Letras e Francês (1964), mestrado em Educação (1979) e doutorado em Ciências Humanas - Educação (1987) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ela atuou na docência e na coordenação pedagógica na Educação Básica nas redes pública e particular de ensino, e em cargos técnicos na Secretaria e no Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, e como docente da PUC -RS. É professora emérita na Universidade Federal de São Carlos e ganhou título de doutora honoris causa pela UFRGS (2024). Especializou-se em Planejamento e Administração da Educação no Instituto Internacional de Planejamento da

UNESCO, em Paris (1977). É referência em ERER e reconhecida, dentre outras coisas, pela escrita e assinatura do parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Também foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2005 relativo às diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia.

Nessa entrevista, ela nos conta os anos iniciais de sua formação ainda no colégio de aplicação, a referência e o incentivo da mãe para os estudos e a leitura, o encontro com Azoilda Trindade, e o processo de redação e assinatura do CNE/CP 3/2004.

**Daniela/Maria:** Para começar, nós gostaríamos que a senhora se apresentasse, contasse um pouco da sua história. Quem é a professora Petronilha?

**P:** Bom, eu sou Petronilha Beatriz Gonçalves da Silva, nascida em Porto Alegre em 1942. Sou do tempo em que se nascia em casa, então, nasci na Rua Esperança que hoje se chama Miguel Tostes, no bairro Rio Branco, mas que na época era conhecido como Colônia Africana. Porque no pós Abolição muitas das famílias negras vieram se localizar aqui nesta região. Enfim, sou professora, hoje aposentada, também professora emérita, que muito me honra, da Universidade Federal de São Carlos no interior de São Paulo.

**D/M:** Ainda pensando na sua trajetória, a sua mãe era professora e foi uma das pessoas que ajudou na Fundação do Colégio de Aplicação da UFRGS?

**P:** A minha mãe era professora, inicialmente, professora primária. O nome dela era Regina Gonçalves da Silva. Quando eu era criança, eu lembro que ela lecionava em um grupo escolar que ficava distante do nosso bairro; inclusive, na ocasião, essa região era na zona rural. Ela lecionava de manhã no grupo escolar e à tarde, como complemento de renda, ela dava aula particular. Me criei nesse ambiente de estudar sempre com muitos livros. Sempre ganhei muitos livros. Sobre o colégio de aplicação, eu fui aluna da turma que fundou o colégio. Aqui no Rio Grande do Sul ele começava com o ginásio [Ensino Fundamental II], e se localizava junto a faculdade de Filosofia, lugar onde estava a formação de professores.

**D/M:** E a escolha pelo curso de letras?

**P:** Eu sempre gostei de ler, gostei de escrever. Sempre fui incentivada a isso. Antes de saber ler, eu já ganhava livros. Quando eu comecei a discutir o que eu queria fazer na graduação, a gente fazia testes vocacionais, deu medicina. Mas a mãe disse, “não, é um curso muito caro para

moça pobre, primeiro seja professora, depois pode ser o que quiser”. Então, nessa altura, eu escolhi o curso clássico porque gostava das línguas e das letras para onde eu me dirigi.

**D/M:** Havia alunos negros na sala?

**P:** Não, nós não éramos muitos nos primeiros anos. Nós éramos três meninas e um menino que, como uma amiga minha diria, era lusco fusco.

**D/M:** Como que aconteceu o diálogo da senhora com o movimento negro?

**P:** Bom, naquela época, ainda não existia o que conhecemos como movimento negro, embora estivessem negros em movimento. Mas, não havia uma atividade específica de movimento negro como a gente conhece hoje. Então, a gente tem que ter aliados! Nós éramos muito poucos, conforme eu disse. Eu, nas letras, uma colega na história e a outra no jornalismo. E a minha mãe, desde que eu era criança, sempre me incentivava a trabalhar alguma coisa da questão racial, da história dos negros; mas, não havia um movimento, porque éramos muito poucos negros.

**D/M:** Então a sua mãe já tinha consciência racial e passava isso para senhora?

**P:** Sim, mas não só a minha mãe. Quer dizer, a família, os amigos. Eu nasci em um bairro conhecido como Colônia Africana, como já disse. A consciência racial estava presente no bairro, estava presente no meu lugar de nascimento. Mas tinham também os clubes negros em Porto Alegre, o Sociedade Floresta Aurora<sup>1</sup> meu bisavô materno foi um dos fundadores.

---

1 A Sociedade Floresta Aurora é o Clube Social Negro mais antigo do Brasil. Fundada em 31 de dezembro de 1872 na cidade de Porto Alegre/RS por negros alforriados, era situada no centro da capital. Na sua origem fazia aquilo que o Estado brasileiro deixava de fazer, atuando com caráter beneficente, além de angariar fundos para compra de cartas de alforria para os trabalhadores negros.

**D/M:** Mas a senhora atuou no movimento negro em algum momento? Porque a senhora é convidada por representantes do movimento negro para integrar o Conselho Nacional de Educação em 2002. Esse convite veio do diálogo com o movimento?

**P:** Não, eu não participava. Eu diria não ativamente, mas pontualmente. Por uma questão de tempo. Porque eu tinha que estudar e trabalhar. Então, tinha que ter algumas prioridades.

**D/M:** Como chega o nome Azoilda Loretto da Trindade para senhora? Como ocorreu esse encontro?

**P:** Porque ela era uma presença importante quando se discutia questão racial na educação. Estive com ela em diferentes oportunidades, talvez não numerosas. Mas estivemos juntas em diferentes oportunidades no Rio Grande Sul, no Rio de Janeiro. O encontro com Azoilda possibilitou uma troca de experiências entre diferentes regiões. De propostas mais faladas do que escritas do que a gente gostaria que viesse a ser o que chamamos mais tarde de ERER - Educação das Relações Étnico Raciais. Ela era muito firme e muito alegre; ela também esteve em São Carlos, na UFSCAR. Então, são essas recordações que eu tenho dela: alegria, firmeza de propostas. Foi muito legal esta oportunidade de conviver com Azoilda.

**D/M:** Algo que sempre ouvimos sobre a professora Azoilda era como ela tinha essa questão da afetividade muito presente no seu modo de agir e no seu modo de conduzir as discussões. Ela prezava muito que as discussões que envolviam educação para as relações étnico raciais estivessem pautadas no princípio da afetividade. Ela falava bastante sobre a necessidade da criação de vínculos, fosse na formação de professores ou no contato com os alunos. A senhora esteve com ela em algum momento de formação onde essas questões do afeto apareceram?

**P:** Nós não tivemos um convívio frequente, mas nós tivemos. Ah, não sei em quantas ocasiões, mas tivemos a oportunidade de trocas e ela tinha uma personalidade muito firme. Mas, ao mesmo tempo, não agressiva. Não era uma firmeza agressiva. Foi essa experiência que eu tive com ela.

**D/M:** A senhora poderia comentar como observa o trabalho da ERER hoje, 22 anos após a implementação da lei 10. 639/03, 21 anos após a escrita do parecer do CNE e das diretrizes curriculares? Ou seja, pensando na sua trajetória acadêmica, nas suas produções e contribuições para o campo, como a senhora percebe atualmente a implementação da lei?

Quando se tem conteúdos ou propósitos de educação em ERER, o que está em questão é o nosso projeto de nação.

**P:** É claro que houve muito progresso, mas há muito progresso a ser feito ainda, mesmo nas escolas públicas quanto nas particulares. É preciso ter a compreensão de que não se trata unicamente de conteúdos, mas se trata de um projeto de nação. Trabalhar ERER como conteúdos que facilitariam a convivência e a construção da nação em comum. É importante que os professores tenham isso presente. Até onde eu tenho podido observar, alguns acham que é unicamente conteúdos, não entenderam que aliás qualquer currículo escolar, de qualquer nível, traz um projeto de nação. Quando se tem conteúdos ou propósitos de educação em ERER, o que está em questão é o nosso projeto de nação. Não são objetivos para inserir em planos das escolas, nem são conteúdos para serem desenvolvidos em algumas aulas ou com algumas leituras. Então, eu acho

que uma pergunta fundamental por onde tem que começar ERER é: “em que país nós estamos vivendo?”, “Para que eu estou estudando?”, “Estou estudando só para eu formar um projeto pessoal que vai abranger a mim e a minha família?”, “Ou eu estudo para participar da sociedade para essa sociedade ser mais humana?”, para essa sociedade ser realmente uma sociedade brasileira, que assuma e compreenda suas diferenças e as diferentes contribuições. Algumas pessoas entendem a educação das relações étnico raciais como o estudo de alguns fatos de história negra e de história indígena. Mas acho que são poucos professores, ainda, que tenham essa compreensão, e que tratem unicamente o assunto como se fossem alguns conteúdos, algumas datas, alguns personagens. Essa data quer dizer o que? Estes personagens quer dizer o quê? Só um nome para gente saber responder em uma prova? Não, são poucos, acredito que talvez esteja enganada e espero que esteja, os professores que dão conta disso. Porque tem que primeiro se dar conta. E que tenham presente que a relação professor aluno está na vivência da escola, e não está unicamente dando conhecimentos para alunos, mas está estabelecendo um projeto de nação. Isso é responsabilidade grande dos professores. Alias, não só dos professores, mas, dos pais, das famílias, da vizinhança, enfim, dos adultos com os mais jovens. É um projeto de nação que está em elaboração. Quando eu passo por alguém e viro a cara, estou mostrando o meu projeto de nação, estou excluindo algumas pessoas. Eu não preciso parar, cumprimentar, simplesmente olhando a pessoa estou dizendo: estou te vendo. Então, se eu estou te vendo, tu estás nesse lugar, nessa sociedade da qual eu também participo e, também, espero que tu me vejas, né? Porque tem gente que faz questão, talvez cada vez menos, não sei, mas com seu olhar mostrar que não está gostando da presença da gente. Bom, eu aprendi a partir da minha mãe que nesse caso a gente olha para pessoa e sorri. Como dizem as crianças, “eu não tô com o teu olhar”.

**D/M:** A senhora escreveu junto com o Luiz

Alberto Gonçalves um texto chamado “Movimento negro e Educação”, que foi publicado em 2000 na Revista Brasileira de Educação. Poderia nos falar um pouco sobre isso? Qual a relação entre o movimento negro e educação quando pensamos nesse projeto de nação que a senhora pontuou acima?

**P:** Não só do movimento negro como de todos movimentos sociais. Talvez a gente devesse, enquanto movimentos sociais, conversar mais sobre este projeto de nação, que com as nossas propostas, as nossas falas, os nossos cantos, as nossas celebrações, nós estamos construindo. Vemos muitas vezes que o projeto de nação ficaria unicamente para os governantes. Alguns talvez achem que para os grupos mais abastados, que teriam maior poder de influência. E até a gente teria que discutir o que é esse poder de influência. Porque, muitas vezes, os grupos que tenham o poder de comandar absorvem jeitos de pensar, propostas dos grupos considerados minoritários e, de certa forma, diluem. Como se eles não tivessem pertencimento, não tivessem uma base sólida em distintos grupos sociais e étnico-raciais. Nossa riqueza enquanto país está justamente na diversidade. Valorizaram por muito tempo alguns grupos, como se a origem europeia, as raízes europeias, fossem mais importantes ou mais brilhantes. Nenhuma é mais importante. É importante que os estudantes, em todos os níveis de ensino, desde os pequeninhos, entendam que nós temos distintos pertencimentos étnico-raciais. O que significa que nós partimos de distintas visões de mundo, distintas culturas, distintas maneiras de ver o mundo. Temos que ter presentes, nós educadores, que não é a nossa visão que tem que ser imposta, mas o nosso papel é o de articular as diferentes visões. A gente sabe que de certa forma alguns querem manter privilégios. Mas não se trata de manter privilégio, se trata da gente juntos construir o que é comum. Isso é educação das relações étnico-raciais, não é ninguém deixar de ser o que é. Havia grupos que achavam que a educação das relações étnico-raciais iriam tirar o poder do europeu e colocar

o africano no lugar, houve gente que pensava assim. É como eu digo, é manter aquela visão do século XV. A educação para as relações étnico raciais tardiamente tem que superar isso, até porque nos meios educacionais, incluindo os objetivos educacionais, não estão somente os europeus. Os outros povos que por aqui estão construindo essa nação, desde o século XV, estão mais presentes.

**D/M:** A senhora teve um papel fundamental na implementação da lei 10. 639/03. Como membra do Conselho Nacional de Educação, foi quem escreveu o parecer e as diretrizes curriculares para implementação dessa lei. A lei chegou e havia muita dúvida sobre como fazer e a senhora traz no seu texto isso de uma maneira muito explícita. Poderia nos contar como foi a sua indicação para essa escrita e como foi esse processo?

**P:** Bom, desde que eu fui indicada para o CNE (Conselho Nacional de Educação), todos os meses eu me reunia com pessoas que estavam em diferentes setores do governo federal. Tinha o Ivair dos Santos no Ministério da Justiça, Rachel de Oliveira no Ministério da Educação, a Lurdinha Siqueira (Maria de Lourdes Siqueira) na Fundação Palmares, a Jeruse Romão Assessora da Unesco para o Ministério da Educação, entre outros. Então, eu ia uma vez por mês para a reunião do Conselho e a gente tinha que entender quais eram as visões dos diferentes setores que influenciavam a educação brasileira direta ou indiretamente. E, começamos, então, a discutir o que eu estava fazendo lá no Conselho. Eu não tinha que ser só uma cara preta no CNE, nós começamos a conversar, a discutir e pensar quais eram as nossas propostas, buscando fazer essa construção que, evidentemente, não podia ser uma coisa somente minha, uma proposta isolada, ela tinha que ter inclusive aliados que ajudassem a pensar e a defendê-la. Então, eu propus uma indicação justamente para que se discutisse no conselho pleno do Conselho Nacional de Educação, que se constitui da comissão da Educação

Básica e da Educação Superior. Então na educação superior era eu e a conselheira Marília Ancona-Lopez que aceitou o convite. A gente, enfim, tinha algumas discussões juntas. E da Educação Básica, o Jamil (Carlos Roberto Jamil Cury) e a Chiquinha Paresí (Francisca Novantino Pinto de Ângelo). Então, a gente se reuniu e eu perguntei se eles se interessavam e eles se interessaram e nós construímos uma indicação para o conselho pleno do Conselho Nacional de Educação, indicando a importância de que houvesse uma manifestação de todo o conselho sobre educação das relações étnico raciais. E, coincidentemente, aconteceu de ser promulgada a Lei 10. 639/03.

**D/M:** Caminhos que estavam seguindo ali ao mesmo tempo?

**P:** E o papel do Conselho é justamente interpretar e indicar caminhos para a execução das leis. Essa comissão se reuniu, conversamos entre nós e também com as pessoas que estavam em outros órgãos, pessoas negras e engajadas com este tipo de movimento, de diferentes setores do governo federal, e começamos, então, a consulta. Pedindo que as pessoas se reunissem e mandassem sugestões. Foram diversas pessoas que fizeram isso e, também, claro, as iniciativas do Movimento Negro. Lembro que no Vale da Ribeira, região Sul de São Paulo, fizeram uma reunião que até os mais velhos participaram, eu sei que foram porque eu também estive lá. E as pessoas mandavam por escrito ou mandavam gravações com mensagens sobre o que pensavam e como deveria ser implementada a temática da EREER na educação e nas escolas.

O parecer vai sendo escrito juntamente com a comissão e nós vamos dirigindo e vamos submetendo à pessoas individualmente, para pessoas engajadas lerem, fossem do movimento negro, fossem ou professores de instituições de ensino, representante do movimento negro, diferentes pessoas deram sua opinião, a gente perguntava o que precisava constar ou o que não podia faltar. Foi assim, foi um trabalho muito interessante, exigiu bastante.

**D/M:** O Parecer é de março de 2004. O que a gente entende é que ele foi sendo concebido ao longo de 2003...

**P:** Se a gente pensar bem ele foi construído durante todo o século pelos professores e professoras negros e negras engajados. Mas, é isso, é verdade que você disse, foi sendo construído, discutido, feito consultas, perguntando às pessoas o que elas achavam que deveria constar em uma manifestação do Conselho.

**D/M:** Professora, o MEC criou recentemente o Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva para premiar ações que promovam ERER. Como a senhora recebeu essa notícia, essa honraria?

**P:** Olha, com surpresa, com alegria. Eu me lembro de uma colega que costumava dizer assim: “reconhecimento é bom e eu gosto”. Ela já é falecida, foi mais do que uma colega, ela foi colega de trabalho, foi amiga, foi a primeira procuradora geral negra do estado do Rio Grande do Sul. E ela dizia: “reconhecimento é bom e eu gosto”.

**D/M:** Sem dúvida. Professora, a gente agradece muito pela disponibilidade da senhora para esse bate-papo descontraído e, ao mesmo tempo, intenso, de uma sensibilidade enorme, muito obrigada!

**P:** Eu quem agradeço a vocês o convite e desejo boas lutas para vocês que estão na frente agora; eu estou na retaguarda, mas sempre que quiserem estou à disposição.

# EU SONHO COM UM MUNDO

Retratos de Mulheres Negras que  
Mudaram a América



Crédito da imagem: Fundo Azoilda Trindade, Arquivo Edgar Leuenroth / Afro Cebrap

# LEGADO AZOILDA LORETTO DA TRINDADE: CARTA-TESTEMUNHO DE UMA TRAJETÓRIA

*Janete Santos Ribeiro*

Professora de História na Rede Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) no Rio de Janeiro, Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Raízes Do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ e da Rede de Historiadorxs Negrxs. Coordenadora pedagógica da Oficina Rio de Estudantes do Museu Virtual RioMemórias“Intelectual da Tríade Academia, Ativismos e Escola Básica”. Articuladora do Projeto Um Defeito de Cor em Escolas Públicas.

*“Há de surgir uma estrela no céu cada vez que ocê sorrir”,* Estrela, música de Gilberto Gil, me veio aos ouvidos quando recebi o desafio de escrever a trajetória de parte de seu legado até o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp. Foi como um sopro me convidando ao que o historiador Petrônio Domingues nos traz, utilizando como referência nossa amiga Beatriz Nascimento, os argumentos que eu precisava para deixar de procrastinar e assumir meu protagonismo nesta escrita que faz parte de nossa história em construção.

*As pessoas negras devem fazer a sua história, buscando elas mesmas, jogando seu inconsciente, suas frustrações, seus complexos, estudando-os, não os negando. A seu ver [de Beatriz Nascimento], “só assim poderemos nos entender e nos fazermos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou*

*africanos, pois nossa história é outra, como é outra nossa problemática* (DOMINGUES, 2025) .

Eu diria sem ser confundida como usurpadora, aproveitadora e outras denominações depreciativas que possam emascarar o sentido ético do que relato, um sonho construído a muitas mãos – o de te fazer visível ou de outra forma, o de contribuir para a ampliação da visibilidade que você tem e que seu acervo no AEL-Unicamp propiciará.

Portanto, este texto tem como atravessamentos um afeto ancestral, construído durante 29 anos de amizade cúmplice e parceira militante e, aperfeiçoado após sua passagem em 13 de setembro de 2015. Um sentido de luto poético, pois saudade tem sido o amor que fica.

Partilhar este diálogo íntimo e pessoal como introdução a um relato técnico é desafiador e político ao mesmo tempo, pois que torná-lo público possa contribuir para o debate acerca

da solidão da mulher negra, da construção identitária do movimento negro educador do Rio de Janeiro e na educação para as relações raciais numa perspectiva da tríade academia, escola básica e militância que seu legado enuncia.

## Pontos de Acolhimento – Carta 1

A partir de setembro de 2017, um grupo de amigas e amigos seus disparou uma carta com a seguinte mensagem:

*Vimos por meio desta, sondar o interesse desta instituição em receber parte do acervo da biblioteca de Azoilda Loretto da Trindade, doada pela família, constituinte do chamado “Legado de Zó” com exemplares de áreas de interesses de conhecimento de Zó.*

Quem foi Azoilda Loretto da Trindade? Para além da militância e da academia, uma Professora, pois, seu desejo de menina transformou-se em realidade. Na busca constante por aprimoramento em prol da educação cursou Pedagogia e Psicologia, fez mestrado em Educação na Fundação Getúlio Vargas e tornou-se Doutora em comunicação e cultura pela UFRJ. Profundamente comprometida com a transformação do ser humano em suas potencialidades efetivas, fez emergir sonhos submersos pelos espaços formais e não formais de educação. Atravessou diversas instituições, instituindo modos de ser, ver, sentir e interagir com a diversidade humana. Zó, Zozó, Zôzo, Azô, Hilda (quando não entendiam o seu nome), dentre tantas outras formas de ser chamada, marcou a vida de muita gente: dos anos iniciais às pós-graduações strictu e lato senso (em diversos territórios nacionais) e de profissionais que direta ou indiretamente trabalham com e pela educação. Sendo carioca e criada em solo soteropolitano, escolheu a cidade maravilhosa como lugar de existência e resistência, assim como de construção da pedagogia brasileira, processo de articulação da potência humana individual com as potencialidades humanas em diálogo. Conhecer a trajetória desta mulher, que

dá nome a uma EDI (Escola de Desenvolvimento Infantil) é colocar seu legado político-pedagógico a serviço de uma educação de qualidade com formação em serviço aos profissionais e como exemplo para as crianças. Como fazer isto?

Escrever textos-convites ao mergulho de seu universo teórico-militante tem sido um modo e nos articulando com amigas e amigos, profissionais da educação, comunicação e militância negra, afetadas e afetados pelo cuidado e carinho de Azoilda, outro (RAMOS, 2019).

Nessa carta convite, enviada às instituições por onde Azoilda circulou ou que as mulheres autodeclaradas “giras da Zó”, na primeira hora pós seu gurufim e, na sequência, “Legado de Zó”<sup>1</sup> indicaram, temos objetivos articulados ao que a AEL também propõe:

- Proporcionar um ambiente de produção de arte, cultura e cidadania, com apoio de reflexões suscitadas pelo acervo;
- Apoiar e fortalecer o projeto político pedagógico da instituição selecionada para sediar esta Biblioteca;
- Fortalecer as articulações em redes com diferentes atores sociais para o desenvolvimento de habilidades e competências nas áreas pedagógicas;
- Valorizar o legado deixado pela intelectual negra Azoilda Loretto da Trindade;

*As Giras da Zó foram pensadas tal qual a lenda do Baobá, lenda que Zó adorava: a das sete voltas em busca do elo perdido sob a égide violenta da escravidão, sendo redundante, pois se é escravidão é violência. (...) (RAMOS, 2019) .*

*A Visibilidade da vida após sua morte: cabe dizer, as Giras da Zó buscaram sua produção antes de 2005, marco inicial do Projeto A Cor da*

1 Para saber quem são as mulheres das “Giras da Zó” e do “Legado de Zó”, consultar os sete textos que compõem essa circularidade afetiva, produzidos entre setembro de 2017 e outubro de 2018 e publicados em: <https://blogueirasnegras.org/?s=giras+da+z%C3%B3>, acessado em 13 de junho de 2025 e <https://www.youtube.com/watch?v=Y9FkXkrMLTo>, vídeo produzido pelo Projeto SETA para acompanhar o lançamento do acervo Azoilda do AEL, no segundo semestre de 2024.

*Cultura, inspiração a educadoras e educadores, nacionalmente, e sua projeção no cenário intelectual da educação brasileira. Sempre me lembro da fala potente de Ana Paula Brandão: Zó, eu sou porque você foi. E coloco um ponto e vírgula neste longo oriki, dizendo a você o mesmo: Zó, eu sou porque você foi minha amiga, parceira e irmã, me ensinou a ensinar, me ensinou que a cura está em nos conectarmos com o nosso sagrado e com o sagrado de quem nos quer bem.” In: Ribeiro, Janete Santos. Bordados trazidos pela fabulação no Orun – o encontro ancestral entre Azoilda Loretto da Trindade e Regina Leite Garcia. (Araújo, 2023).*

Esta longa citação é fundamental, ao que desejo, para trazer a importância do afeto e da articulação entre mulheres negras na salvaguarda do tesouro/sobrado de mamãe que a família de Zó me entregou em forma de livros, documentos e outros itens que consideraram patrimônio público. A articulação entre nós, fez com que nossas casas, a de Dona Irene, mãe de Marta Muniz Bento e a minha, acolhêssemos as inúmeras caixas levadas à São Gonçalo, em 2016 e de lá, após dois anos, fossem para a Ilha do Governador, onde saíram 35 caixas restantes, em agosto de 2022, para o AEL-UNICAMP. O transporte dessa imensidade de material, saída da Rua das Laranjeiras, foi possível porque Ana Paula Brandão a partir de sua inserção institucional viabilizasse os recursos econômicos.

Ao longo desses anos, doamos o acervo infantojuvenil, de formação pedagógica e do combate ao racismo do legado a:

1. Abrigos: Casa da Acolhida no Catete – Zona Sul Carioca e Programa de Acolhimento Institucional de Mendes – Casa da Criança, no município de Mendes, região Centro-Sul fluminense;
2. Escolas Municipais: E.M. Etienne de Souza no município de Japeri – Baixada Fluminense, E. Municipalizada Prefeito João Gurito – Mendes, E.M. Chile em Olaria, EDI (Espaço de

Desenvolvimento Infantil) Azoilda Loretto da Trindade (Tia Zó) na Nova Holanda – Maré, Escola Municipal Marília de Dirceu em Ipanema e Colégio Brigadeiro Newton Braga no Galeão.

3. Militância: Casa das Pretas, biblioteca do Museu da Maré, CREFON-São Gonçalo, biblioteca da Secretaria de Administração Penitenciária, sob a salvaguarda de Tiago Teles de Castro Domingos, biblioteca do presídio e biblioteca terreiro Quilombo Quilombá, além de grupos de pesquisa em psicologia.
4. Universidades: UFSB, salvaguarda: Professora Doutora Fabiana Lima; UFRRJ, salvaguarda: Professor Doutor Álvaro do Nascimento; UERJ-São Gonçalo, salvaguarda: professora mestre Angela Ramos; UERJ-Caxias, salvaguarda: professora doutora Janaína Damasceno e UNICAMP, salvaguarda: AEL.
5. Triade: Biblioteca itinerante, salvaguarda: Janete Santos Ribeiro, cujo projeto precisa ser sistematizado.



Para identificá-lo nos livros, panfletos e revistas, criamos um carimbo, “acervo Azoilda Loretto da Trindade” com a marca do Projeto Diálogo entre Povos, sonho de três mulheres negras (eu, Zó e Cecília Luiz de Oliveira) que re(existiu) de 1993 à 2015<sup>2</sup>, ano que Zó ancestralizou. O carimbo foi doação do sobrinho-afetivo de Zó, meu filho André Ribeiro, designer gráfico.<sup>3</sup>

Fazer um levantamento dos territórios de afeto, onde o legado de Azoilda está para compreendermos a dimensão do pensamento e formação dessa importante intelectual brasileira faz-se necessário.

2 Sobre a Projeto Diálogo entre Povos, ver: RIBEIRO, Janete Santos. Ativismo, academia e escola básica: narrativa negra em diálogo. In: MACHADO, Camila; FERREIRA, Geisa (org.). *Narrativas negras: infâncias e relações étnico-raciais em contextos educativos*. Rio de Janeiro: Editora Ayyu, 2022. p. 21-44.

3 A marca d'água deste texto é o designer do carimbo produzido que se encontra no acervo doado à AEL.

## Legados de Zó

*“E ainda seguindo seu legado, continuo me construindo e me envolvendo nas Giras e nas Magias que você nos deixou de herança. Herança essa partilhada em textos, vídeos, falas de amigas. SIM, você foi uma mulher que soube agregar mulheres negras e não negras em sua celebração e na preservação de suas ideias de afetuosidade e generosidade para entender nossas humanidades múltiplas e diversas.*

*Com você, no dizer da amiga Ana Paula Brandão: “sou porque você foi!”.<sup>4</sup>*

Finalizo esta carta-testemunho com este fragmento do poema de Carolina Rocha Silva, escrito em 2018, ano do primeiro Caruru da Gratidão, patrimônio afetivo, junto com o encontro anual Rainhas Magas que o sobrado de mamãe-Zó produziu como continuidades possíveis de seu legado. Outras possibilidades estão abertas a quem consultar seu acervo enriquecido pelo doado ao AEL. Em algum lugar do ORUM, Azoilda e nossas parceiras de luta nos dão as mãos para seguirmos protegidas e amparadas sempre que for necessário o acolhimento ancestral.<sup>5</sup>

## Amazonas de Zó

*Quantos pedaços, fragmentos e migalhas trazemos dentro de nós?*

*Quantos gestos, gotas de suor e marcas no rosto trazemos da Zó?*

*Um olhar, um sorriso, a sensação de abrigo, um consolo, a energia que irradia calor do nosso umbigo...*

*Para algumas de nós restam ainda fortes lembranças de encontros que nunca aconteceram, mas de forma ancestral antecederam a potência das nossas memórias.*

*Eu nunca toquei Zó fisicamente, mas me sinto tocada, diariamente, por todo seu legado, seu espírito desformatado e os afetos transmitidos.*

*Espalhou sobre nós todos os valores africanos da deusa, e se multiplicaram todas as fitas coloridas que ela amarrou pelo mundo.*

*Amarrou Janete, lenço vermelho que logo escapou. Voou ao vento e emanou força e amor.*

*(...)*

*Nesse arco-íris de fitas ainda há muitas cores, muitas amazonas, muitas mulheres rainhas, mães e filhas, amantes, amigas, borboletas transmutadas em vida. Precisas ao voar levando o legado de Azoilda.<sup>6</sup>*

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Mairce, Tavares, Maria Tereza Goudard e Lagos, Natalia (orgs). Vozes da Educação – resistências políticas e poéticas na vida e na educação – Regina Leite Garcia, presente! Rio de Janeiro, 2023: FAPERJ – NAU editora. Págs. 175-191.

DOMINGUES, Petrônio. Por uma história negra. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 38, nº 85, 2025.

RAMOS, Angela *et al.* Azoilda Loretto da Trindade - Afetos inscritos: Educação, Cuidado e Relações Raciais - O Legado de Zó. In: Azoilda Loretto da Trindade - Afetos inscritos: Educação, Cuidado e Relações Raciais - O Legado de Zó, pág 57). Revista Aú, [S. l.], v. 1, n. 01, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.degase.rj.gov.br/index.php/revistaau/article/view/19>

4 SOUZA, Sandra Henrique de. In: <https://blogueirasnegras.org/texto-gira-celebracao-de-aniversario/>, acesso em 13 de junho de 2025.

5 <https://blogueirasnegras.org/e-revolucionario-despertar-se>, acessado em 13 de junho de 2025.

6 <https://blogueirasnegras.org/e-revolucionario-despertar-se>.



